

REVISTA DE JORNALISMO ESPM

EDIÇÃO BRASILEIRA DA
**COLUMBIA
JOURNALISM
REVIEW**

Imprensa livre, Democracia forte

OBJETIVIDADE NO JORNALISMO

A.G. SULZBERGER, *publisher* do *New York Times* e presidente do conselho da New York Times Company, trata da “objetividade no jornalismo” e diz que o jornalista e pensador Walter Lippmann foi o maior defensor desse ideal

ENQUANTO ISSO NO BRASIL...

SEMINÁRIO Internacional de Jornalismo ESPM-Columbia Journalism School de 2023 debate cobertura política, desinformação e inteligência artificial

PARA LER E PARA VER

LEÃO SERVA discute os dados do relatório *Digital News Report 2023* do Instituto Reuters, que detalha qual é a disposição atual do público consumidor para pagar por notícias em veículos digitais





LIFELONG LEARNING ESPM: UM CURSO PARA CADA MOMENTO DA SUA CARREIRA.

PÓS-GRADUAÇÃO • MASTER • MBA • MESTRADO • DOUTORADO • EDUCAÇÃO CONTINUADA

SAIBA MAIS:



ESPM

REVISTA DE JORNALISMO ESPM

EDIÇÃO BRASILEIRA DA
**COLUMBIA
JOURNALISM
REVIEW**

Imprensa livre, Democracia forte

5 EDITORIAL

J. Roberto Whitaker Penteado comenta sobre o artigo assinado por *A.G. Sulzberger*, que discute, entre outros assuntos, a isenção jornalística

6 O VALOR ESSENCIAL DO JORNALISMO

O artigo de destaque desta edição escrito por *A.G. Sulzberger*

26 IMPRENSA LIVRE, DEMOCRACIA FORTE: UMA NÃO EXISTE SEM A OUTRA

As palavras de *Kyle Pope* sobre o tema

28 JORNALISMO DE IMPACTO

A participação da jornalista *Svitlana Oslavska* no Reckoning Project, na Ucrânia

32 ENQUANTO ISSO NO BRASIL...

Edson Capoano, *Maria Elisabete Antonioli* e *Ricardo Gandour* apresentam as discussões do Seminário de 2023

38 ESPM DIVULGA PESQUISA REALIZADA EM PARCERIA COM INSTITUTO POYNTER SOBRE DESINFORMAÇÃO ENTRE PESSOAS COM MAIS DE 60 ANOS

Confira as informações da pesquisa realizada em parceria com o Instituto Poynter

40 OS JORNAIS BRASILEIROS DO SÉCULO XIX

Geraldo Alonso Filho traz informações do seu livro publicado recentemente



44 VOCÊ SABE COM QUEM ESTÁ FALANDO?

Jomar Pereira da Silva Roscoe coloca em questão a inteligência artificial

47 PARA ENTENDER A QUESTÃO ISRAEL X PALESTINA

Leão Serva

53 BRASILEIRO FELIPE DANA GANHA O PULITZER COM FOTOS DA GUERRA NA UCRÂNIA

Leão Serva

58 QUER PAGAR QUANTO?

Leão Serva discute os dados do relatório *Digital News Report 2023* do Instituto Reuters

61 O ESCRITOR KEN FOLLETT CONCLUI: A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL É BURRA E NÃO VAI TIRAR SEU EMPREGO

Leão Serva

62 UMA EDITORA INGLESA MUDA TUDO NO WALL STREET JOURNAL

Leão Serva

A *Revista de Jornalismo ESPM* – edição brasileira da *Columbia Journalism Review* – foi criada em 2012, com o objetivo específico de promover, no país, os aspectos educacionais e éticos, a pesquisa e o progresso material da profissão. A ESPM garante aos editores liberdade ilimitada de opinião, direito inalienável do jornalismo em todas as formas de expressão. Cumpre registrar, no entanto, que os artigos assinados, assim como o editorial, não representam a opinião da ESPM.

ESPM

PRESIDENTE Dalton Pastore

VICE-PRESIDENTES Alexandre Gracioso e Elisabeth Dau Corrêa

DIRETORIA Rodrigo Cintra (diretor de internacionalização) e Tatsuo Iwata (diretor nacional de pós-graduação e educação continuada)

CONSELHO EDITORIAL José Roberto Whitaker Penteado, Maria Elisabete Antonioli e Ricardo Gandour

REDAÇÃO DA REVISTA DE JORNALISMO ESPM

EDITOR José Roberto Whitaker Penteado

EDITORA-ASSISTENTE Maria Elisabete Antonioli

DIAGRAMADOR Marcio Penna

TRADUÇÃO Ada Félix

REVISÃO Mauro de Barros

A *Revista de Jornalismo ESPM* é uma publicação semestral da ESPM, com conteúdo exclusivo da *Columbia Journalism Review*

ENDEREÇO Rua Doutor Álvaro Alvim, 123
Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP 04018-010
EDITORIAL 11 5085-4643
INFORMAÇÕES 11 5085-4508
E-MAIL revista@espm.br
SITE www.espm.br

COLUMBIA JOURNALISM REVIEW

DIRETOR DA COLUMBIA JOURNALISM SCHOOL Jelani Cobb

CHAIRMAN Rebecca Blumenstein

EDITORA EXECUTIVA Betsy Morais

EDITORA DIGITAL Ravi Somaiya

EDITOR SÊNIOR Feven Merid

CHEFE DE REDAÇÃO DIGITAL Mathew Ingram

THE MEDIA TODAY Jon Allsop

EDITOR COLABORADOR Mike Laws

A *Columbia Journalism Review* é uma publicação trimestral da Columbia University Graduate School of Journalism.

A *Revista de Jornalismo ESPM* (ISSN 2238-2305) é uma publicação semestral
Ano 12, Número 32, julho-dezembro de 2023

EDITORIAL

A impossível isenção

Esta edição da nossa *Revista de Jornalismo ESPM* tem, como matéria principal, um artigo relativamente longo, assinado por A. G. Sulzberger, que é o atual herdeiro e CEO do que podemos considerar como principal jornal independente do mundo, o *New York Times*, e que representa um tipo determinado de profissão de fé jornalística. Além da informação histórica que contém o texto, seu autor defende o ponto de vista de que o jornalista deve praticar algum tipo de ética profissional, mas que não é possível relatar aquilo que constata ou investiga com isenção. O ser humano não seria capaz de ser isento exatamente por ser humano e, portanto, racional. Tudo o que vê e tudo o que sabe é filtrado pela própria racionalidade. A qualidade que deve cultivar, portanto, é o compromisso de impedir que as próprias opiniões atropelam a descrição que faz da sua constatação de uma parte da realidade.

Além disso, devemos assinalar que esta revista acaba de completar dez anos de publicação no Brasil, uma oportunidade perfeita de fazermos uma merecida homenagem a Roberto Civita, que infelizmente não se encontra mais entre nós, mas como conselheiro da ESPM e ex-aluno da Columbia foi quem deu o primeiro passo, há cerca de 15 anos, para que tivéssemos, na nossa Escola de Comunicação, um curso de jornalismo.

Sobre os temas tratados, gostaria de repetir umas observações rápidas que fiz na abertura do 7º Seminário Internacional de Jornalismo ESPM-Columbia, realizado em outubro último, sobre cobertura política, desinformação e inteligência artificial. O tema

foi Liberdade de Expressão e as novas implicações produzidas pelo que se batizou (talvez inadequadamente) de “inteligência artificial”...

Primeiro:

A sagrada liberdade de expressão em toda sociedade democrática: apesar das aparências, não existe um pouco, ou 10% ou 20%, de liberdade de expressão.

Ou ela é total ou não existe.

Segundo:

A inteligência artificial, que é a última novidade do mercado e já foi até apelidada de IA. Como jornalista e professor, minha matéria-prima são as palavras e assim que ouvi pela primeira vez as palavras “inteligência artificial” perguntei: qual é o contrário de inteligência artificial?. Talvez eu seja um dos primeiros a propor uma nova denominação: “burrice natural”. Mas certamente não defendo a inteligência artificial. Tenho medo dela, porque é a filha diletta dos ameaçadores algoritmos, que podem comprometer uma boa parte do atual mercado de trabalho para nós que usamos as palavras como meio de trabalho.

Finalmente:

O terceiro item dessas prévias palavras é um sentimento: a esperança de que a leitura desta edição e tudo aquilo que acontecerá daqui para a frente sejam capazes de produzir pelo menos uma parte das respostas a essas importantes questões.

J. ROBERTO WHITAKER PENTEADO

Editor

PÓS-GRADUAÇÃO
ESPM

LÍDERES DE
MERCADO E
NETWORKING
DE VERDADE

ESCOLHA PÓS ESPM

PÓS ESPM

O valor essencial do jornalismo

O debate sobre a “objetividade” no jornalismo – se é que a palavra ainda serve – é, hoje, um dos mais controversos do setor. Nos últimos anos, a CJR tem servido de fórum para essa discussão, publicando ensaios e organizando até um seminário no ano passado para discutir abordagens à questão. Este ensaio, do *publisher* do *New York Times* e presidente do conselho da *New York Times Company*, é um novo aporte a esse diálogo

por A.G. SULZBERGER

O JORNALISMO INDEPENDENTE SEMPRE DESPERTOU A IRA dos que só querem que uma história seja contada se for do seu jeito. Em determinado momento, no entanto, percebi que a própria noção de independência jornalística passara a ser controversa.

Foi no segundo semestre de 2018, meu primeiro ano como *publisher* do *New York Times*. Até então, minha carreira de repórter e editor fora pautada pelos métodos, pelos valores e pelas particularidades estilísticas do jornalismo tradicional. Antes de chegar ao *Times*, cobri o cotidiano de pequenas cidades para o *Providence Journal* e a gestão municipal de Portland para o *Oregonian*. Durante anos, tinha visto essas tradições serem cada vez mais atacadas na internet e nas redes sociais, mas ainda assim fiquei pasmo ao ver como o velho modelo jornalístico penava com a dinâmica de cobrir um presidente que não estava nem aí para precedentes e normas sociais – e, às vezes, nem para a própria realidade.

À época, os Estados Unidos aguardavam os resultados do inquérito conduzido pelo *special counsel* Robert Mueller sobre a interferência russa nas eleições de 2016 em prol do candidato Donald Trump. Muitos dos críticos de Trump achavam que o inquérito resultaria na destituição de um sujeito que não consideravam capacitado para chefiar a nação. Achavam, também, que o último bastião contra a incessante campanha do presidente para minar a investigação era Rod J. Rosenstein, a segunda maior autoridade do Departamento de Justiça, que assumira a supervisão do inquérito quando o procurador-geral se declarou impedido.

Depois de meses de uma apuração metódica, dois repórteres da sucursal do *Times* em Washington, Adam Goldman e Michael Schmidt, descobriram algo surpreendente. No começo do ano, Rosenstein ficara tão preocupado com a conduta errática de Trump que sugerira gravar secretamente o presidente e levantara até a possibilidade de acionar, pela primeira vez na história, um mecanismo previsto na 25ª emenda da Constituição americana para declarar Trump incapaz e afastá-lo da presidência.

Não havia dúvidas sobre a pertinência de publicar a matéria, baseada em extensas entrevistas com figuras importantes do governo, do Departamento de Justiça e do FBI e corroborada por uma série de documentos. Parecia exatamente o jornalismo que o público devia esperar de uma imprensa independente.

A reportagem saiu no dia 21 de setembro¹. Uma vez que levantava sérias dúvidas sobre a capacidade de Trump de exercer o cargo – e dúvidas de alguém indicado por ele –, a resposta rápida e irada da direita não causou espanto. Alguns viram na reportagem uma validação de suas teorias sobre um “golpe de Estado profundo”. Outros acusaram o material de totalmente falso e nos atacaram por publicá-lo. No então Twitter, atualmente X, o senador Lindsey Graham postou uma reação bem típica: “Quando o assunto é o presidente @realDonaldTrump [...] CUIDADO com qualquer coisa que venha do @nytimes”.

O que me surpreendeu mesmo foi a gritaria da esquerda. Aqui, a crítica não era tanto que a reportagem trazia

inverdades – embora alguns tenham se virado do avesso para dizer que sim –, mas que a informação era perigosa demais para ser publicada.

Segundo críticos – no Twitter, em revistas, na TV a cabo –, o que a reportagem fizera fora dar a Trump o pretexto para depor Rosenstein e encerrar o inquérito. Em seu programa de TV naquela noite, a comentarista política Rachel Maddow questionou longamente a credibilidade do material, antes de vaticinar: “Eles deram a [...] Trump a [desculpa] completa, perfeitamente validada pelo *New York Times*, para que o presidente demita [...] Rosenstein e, com isso, ponha fim ao inquérito de Mueller”.

Até aqueles que normalmente defendem o jornalismo independente sugeriram que, naquele caso específico, nossos valores tinham nos levado a uma insensata neutralidade, que punha em risco a democracia. Certos leitores acusaram os jornalistas de imprudência e até de traição à pátria. Em um dos milhares de comentários no site e em cartas furiosas à redação, um leitor escreveu: “Imagino que vocês dirão que sua função é dar a notícia, seja lá qual for. Pensar assim, no entanto, é abdicar de sua responsabilidade, e [para dar algo] que nem sei ao certo se era realmente notícia. Ignorar as consequências do que se publica não é ético e nem serve à democracia. É seu dever considerar se o valor daquilo que vai ser publicado justifica o dano que irá causar. Nesse caso, não acredito que justificasse”.

Enquanto observava toda essa reação, fui ficando cada vez mais preocupado. Não só com a crescente pres-

ção sobre o jornalismo independente, mas também com o apelo implícito nas críticas. O fato é que um importante meio de comunicação descobrira que um alto funcionário do governo tinha tantas dúvidas sobre a capacidade do presidente de exercer suas funções que cogitara tomar medidas nunca antes adotadas para afastá-lo do cargo. E muitos, até mesmo alguns jornalistas, queriam que essa informação fosse sonogada ao público.

O desafio à independência

O jornalismo americano enfrenta uma confluência de desafios que representam a maior ameaça a uma imprensa livre em mais de um século. Assoladas por dificuldades financeiras, organizações jornalísticas estão minguando e morrendo. Ataques a jornalistas e à liberdade geral da imprensa crescem. E, com o ecossistema de informações debaixo de uma avalanche de desinformação, teorias da conspiração, propaganda e *clickbait*, a confiança no jornalismo nunca foi tão baixa.

Não há meio fácil de superar essa crise. Isso posto, não haverá futuro digno para o jornalismo se a profissão abandonar o valor central que torna nosso trabalho essencial para uma sociedade democrática, o valor que explica por que somos merecedores da confiança do público e das garantias que protegem a imprensa livre. Esse valor é a independência jornalística.

Independência é o compromisso jornalístico cada vez mais contestado de seguir os fatos onde quer que eles levem. É o que coloca a verdade – e sua busca com mente aberta, mas cética – acima de qualquer coisa. Pode soar

¹Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/09/21/us/politics/rod-rostein-wear-wire-25th-amendment.html>

Independência é o compromisso jornalístico cada vez mais contestado de seguir os fatos onde quer que eles levem. É o que coloca a verdade – e sua busca com mente aberta, mas cética – acima de qualquer coisa

a pieguice, a um velho clichê do bê-á-bá do jornalismo. Mas, em uma era hiperpolarizada, o jornalismo independente e os valores por vezes paradoxais que o movem viraram uma bandeira radical.

Independência é pedir a jornalistas que adotem como postura a dúvida, não a certeza. É pedir que mostremos o mundo como é, não como gostaríamos que fosse. É exigir que o jornalista esteja disposto a inocentar alguém tido como vilão ou submeter a interrogatório alguém considerado herói. É insistir em revelar aquilo que apuramos – de forma plena e imparcial –, independentemente de quem isso possa incomodar ou de eventuais consequências políticas. Independência é expor claramente os fatos, ainda que pareçam favorecer um dos lados de uma disputa. E é transmitir cuidadosamente a ambiguidade e a divergência sempre e quando os fatos forem incertos ou sua interpretação for controversa, para que o leitor possa compreender e processar essa incerteza por conta própria.

Essa atitude, que bate de frente com a mentalidade do “*with-us-or-against-us*” (“se não é meu amigo, é meu inimigo”) de uma era polarizada, requer o compromisso firme, e às vezes incômodo, com o processo jornalístico em detrimento da convicção pessoal. O jornalismo independente eleva valores fundados na humildade – justiça, imparcialidade e (para usar o termo

talvez mais controverso e debatido do jornalismo) objetividade – como ideais, ainda que nunca perfeitamente atingidos. E, mais ainda, o jornalismo independente se ancora sobre a confiança implícita no público: a crença de que todos merecem ouvir a verdade e que saberão usá-la com sabedoria.

Nos últimos anos, os argumentos contra esse modelo de jornalismo independente foram ganhando terreno e intensidade cada vez maior, até no seio de organizações de imprensa consagradas como o *Times*. Essa crítica normalmente é acompanhada do apelo à adoção de outro modelo de jornalismo, pautado pela perspectiva do indivíduo e movido por convicções pessoais.

Muitos já deram bons argumentos a favor dessa mudança. Alguns afirmam que o jornalista é incapaz de controlar os próprios vieses e se oculta por trás de uma falsa objetividade que mascara, por exemplo, posturas progressistas (a crítica vinda da direita) ou privilegia a perspectiva do homem branco, heterossexual (a crítica vinda da esquerda). Outros sugerem que esse modelo leva o jornalista a atribuir o mesmo valor a coisas distintas – chegando ao ponto de racionalizar opiniões absurdas ou perigosas – em demonstrações performativas de imparcialidade que descambam para a falsa equivalência ou o falso equilíbrio resumido no termo em inglês “*both-sidesism*”. Há

quem diga que a defesa da independência jornalística virou uma justificativa interesseira de detentores do poder para manter tudo como está, incluindo premissas e preconceitos invisíveis que os sustentam. Outros, ainda, afirmam que esse modelo de jornalismo não está à altura dos perigos do momento atual, sustentando que, mais do que meramente descrever o mundo, o jornalista devia fazer de tudo para repará-lo.

Antes de começar a rebater esses argumentos, preciso reconhecer que, nesse debate, minha história faz de mim um ator particularmente suspeito. Sou o *publisher* de uma das instituições de imprensa mais escrutinadas do mundo, um homem branco, bem de vida, sucessor de uma série de outros homens brancos com o mesmo nome e sobrenome. E sou alguém cuja família figura em teorias da conspiração envolvendo a imprensa que já duram um século. Por outro lado, o *New York Times* é um empreendimento humano com 172 anos de existência que publica mais palavras a cada semana do que Shakespeare escreveu durante toda a vida. E, apesar de todo nosso esforço, não é difícil achar situações nas quais o jornal ficou muito aquém do ideal de independência que aqui defendo, incluindo a cobertura que fizemos da União Soviética lá atrás e dos fatos que culminaram na Guerra do Iraque. E até já ouço críticos desenterrando argumentos para

dizer que demos muita atenção aos e-mails de Hillary Clinton, ou pouca ao *laptop* de Hunter Biden, ou até se foi inadequada minha resposta a um artigo de opinião do senador americano Tom Cotton.

Por outro lado, para pouquíssima gente, essa questão pode ter tanta importância pessoal e profissional como para mim. Meu tataravô, fundador do moderno *New York Times*, ajudou a estabelecer o modelo do jornalismo independente – “sem medo, nem favor” – e encarregou seus sucessores de “manter a independência editorial e a integridade do *New York Times* e preservá-lo como um jornal independente, destemido, livre de influências externas e abnegadamente dedicado ao bem público”. Por mais de 125 anos, distintas gerações de minha família tiveram como missão expressa promover e defender essa visão do jornalismo independente.

No meu primeiro dia como *publisher*, pendurei essa centenária missão na parede da minha sala. Desde então, ficou claro que manter a independência jornalística em um momento tão polarizado será um dos desafios mais difíceis e impopulares que enfrentarei no cargo – e, creio eu, tão urgente quanto qualquer outro vivido pela indústria jornalística de modo geral. Aliás, enquanto preparava este ensaio, três personagens influentes na profissão publicaram, separadamente, análises importantes sobre o tema, uma delas aqui nestas mesmas páginas pelo jornalista Wesley Lowery, dono de um Pulitzer.

Para ilustrar minha tese, recorro a exemplos do *Times*. Mas há muitas organizações jornalísticas exemplares que personificam o jornalismo independente do qual trato, incluindo jornais como *Washington*

Post e *Wall Street Journal*, agências de notícias como Associated Press e Bloomberg News, emissoras como BBC e NPR e meios digitais como *ProPublica* e *Político*.

Minha defesa da independência jornalística não vem da reverência a uma era de ouro do jornalismo. Cada geração transforma o jornalismo e as instituições que o compõem quase sempre para melhor, e tenho orgulho de ter exercido um papel em algumas dessas transformações. E tampouco é fundada na crença de que o jornalismo deva estar dissociado de certos valores. O jornalismo independente tem uma afinidade natural e salutar com os pilares clássicos da democracia liberal – estado de direito, moralidade na administração pública, igualdade de direitos, liberdade de expressão –, bem como com princípios universais de dignidade, liberdade e oportunidade para todos. Daí o jornalista gravitar naturalmente para fatos que exponham injustiças, sobretudo no caso dos mais vulneráveis entre nós. Mas o jornalismo independente também é fundado na convicção de que aqueles que buscam mudar o mundo devem primeiro entendê-lo, que uma sociedade plenamente informada não só toma decisões melhores, mas também age com mais confiança, mais empatia e mais cuidado.

Nesse sentido, o jornalismo independente é exatamente o fortificante de que o mundo necessita em um momento no qual a polarização e a desinformação abalam o alicerce de democracias liberais e minam a capacidade da sociedade de enfrentar os desafios existenciais da era, incluindo a desigualdade, a disfunção política e o crescente impacto de mudanças climáticas. Quando a sensação de perigo é grande – durante guerras

mundiais, na Guerra Fria, na esteira do 11 de setembro – é que surgem os ataques mais veementes à independência jornalística. Escolha um lado. Seja um cidadão de bem. Declare se é nosso amigo ou inimigo. A história mostra, no entanto, que o melhor caminho é quando a imprensa questiona e complica o consenso com perguntas inteligentes e novas informações. Isso porque fatos comuns, uma realidade compartilhada e a disposição a entender o outro, seja qual for sua tribo, são os principais ingredientes para o surgimento de uma sociedade diversa, pluralista, unida na missão de se autogovernar. Para isso, precisamos de jornalistas íntegros e independentes.

Como chegamos aqui

Não é coincidência que mapas das democracias mais fortes do mundo e mapas de lugares onde a imprensa é mais livre sejam, basicamente, idênticos.

A imprensa desempenha um papel informador inequívoco. Conta, por exemplo, quem está disputando eleições, como o governo está gastando o que arrecada, qual o objetivo dessa ou daquela lei. Tem também um papel fiscalizador, expondo corrupção e incompetência, garantindo que a lei seja aplicada de forma imparcial e justa e lançando luz sobre instituições que não querem ter seus segredos revelados.

Em uma democracia pluralista como a nossa, uma imprensa independente tem outro papel crucial: o de aglutinar a sociedade ao criar uma espécie de tecido conjuntivo composto de uma base comum de fatos que podem ser discutidos e debatidos e ao expor o público a um leque maior de experiências e opiniões. “A legitimidade e a durabilidade da democra-

cia dependem do diálogo e da deliberação – não só dos fins, mas também do processo”, escreveu o colunista do *Times* Carlos Lozada em um texto sobre a questão.

A história do *Times* se entrelaça com essa visão de uma imprensa independente. Durante boa parte da infância dos Estados Unidos, a imprensa era, em sua maioria, abertamente partidária: cada jornal se alinhava com uma determinada facção, ideologia e corrente política, defendendo correligionários e atacando oponentes. Quando surgiu, em 1851, o próprio *Times* seguia essa tradição. Três anos depois, um de seus fundadores ajudaria a criar o Partido Republicano. Isso mudou quando em 1896, quase em bancarrota, o pequeno jornal foi vendido a meu tataravô, Adolph Ochs – que adotou um modelo jornalístico totalmente distinto dos jornais sensacionalistas (e muito mais saudáveis financeiramente) da época, como o *New York World*, de Joseph Pulitzer, e o *New York Journal*, de William Randolph Hearst. Ochs prometeu aos leitores que o *Times* seria, antes, radicalmente independente, adepto de um jornalismo da mais alta integridade e voltado ao bem público. Em sua visão, o jornalismo informativo deveria “apresentar os fatos de forma imparcial, sem medo ou favorecimento, independentemente de partido, facção ou interesses envolvidos”. Já o opinativo deveria “acolher argumentos inteligentes de todas as correntes de opinião”.

Essa filosofia ajudou a lançar as bases para o modelo que ficaria conhecido como objetividade jornalística. O maior defensor desse modelo foi o jornalista e pensador Walter Lippmann, cujas ideias quase sempre são citadas em textos como

este. Lippmann sustentava que o jornalista “não deveria agir a serviço de uma causa, por mais boa que fosse”. Ciente de que o jornalista inevitavelmente tem vieses pessoais e pontos cegos, Lippmann defendia sua correção por meio da profissionalização de processos jornalísticos e, em particular, da adoção de práticas do método científico. Para ele, o jornalista devia se concentrar o máximo possível nos fatos e buscar evidências que pudessem desmentir, em vez de meramente confirmar, suas próprias hipóteses. Nessa visão, termos como “objetivo” e “imparcial” não serviriam para indicar um atributo subjacente de um jornalista (um erro muito frequente de interpretação), mas como ideais a serem buscados no exercício do ofício. “A ideia era que o jornalista deveria empregar métodos de verificação objetivos, observáveis e reproduzíveis no trabalho de apuração, justamente porque jamais poderia, como indivíduo, ser objetivo”, disse em 2020 Tom Rosenstiel, um dos autores de *Os elementos do jornalismo* e grande defensor desse modelo. “Seus métodos de reportagem tinham de ser objetivos porque eles [os jornalistas] jamais poderiam ser.”

Nas décadas seguintes, esse modelo passaria a ser o reinante no jornalismo americano, ministrado em universidades e praticado em organizações jornalísticas tanto de alcance local como nacional. Hoje, no entanto, o termo “objetividade” gera tanta controvérsia no meio que passou a ser visto por muitos como desabonador no debate sobre o papel do jornalismo. Sigo acreditando que objetividade – ou, se o termo só servir para causar polêmica, a investigação com a mente aberta – ainda é um ideal digno de ser perse-

guido. Mas independência, a palavra que usamos no *Times*, expressa melhor todo o sentido dessa abordagem jornalística e seu valor para o público em geral.

Independência, na prática

Como funciona a independência na prática e que escolhas impõe ao jornalista?

Priorizar processos. O mais importante de tudo é tratar a independência como uma disciplina sustentada por processos e por uma ética que a promova. No *Times*, assim como em muitas outras organizações de imprensa tradicionais, o compromisso com a independência se reflete em toda etapa da atividade jornalística. Nossa meta é noticiar apenas o que sabemos de fato; preferimos não publicar algo a dar algo errado. Corrigimos nossos equívocos abertamente, pois o erro deve ser apontado – e, sinceramente, doer. Quando escrevemos sobre alguém, sempre que possível buscamos falar com essa pessoa – e damos o direito de resposta a quem é acusado de má conduta. Buscamos confirmar informações com várias fontes e tratamos tudo o que é apurado com um saudável ceticismo. Buscamos, em um texto, não só exatidão factual, mas também imparcialidade. Temos normas éticas para evitar conflitos de interesses (é vetado, por exemplo, apoiar políticos e causas políticas) e de estilo para minimizar vieses (evitamos, por exemplo, usar termos eivados de ideologia e rótulos provocativos em nossas seções de notícias).

A linguagem está sempre mudando e as organizações jornalísticas precisam mudar também. No entanto, uma das maneiras pelas quais pro-

Vieses e interesses pessoais podem, sim, distorcer o trabalho feito por repórteres e editores – do mesmo jeito que a experiência e o histórico do profissional podem elevá-lo

pagandistas e defensores tentam influenciar a cobertura jornalística para promover suas agendas é vencer a batalha da terminologia. É por isso que, em geral, tentamos usar a língua falada pelo público no dia a dia, e não o vocabulário especializado usado por acadêmicos, ativistas e profissionais de marketing. Isso significa aguardar para usar certas expressões até que tenham sido incorporadas pela sociedade (um exemplo: usar “latino” ou “hispano”, termos já consagrados, em vez do pouco usado “latinx”) e evitar expressões fabricadas especificamente para direcionar a opinião pública (em vez de usar os termos em inglês “*pro life*” ou “*pro choice*”, por exemplo, optar por dizer contra ou a favor do direito ao aborto). É algo que pode gerar polêmica: quando um palestino realiza um ataque em Israel, o *Times* em geral chama essa pessoa de “militante” e normalmente recebe críticas tanto do lado que considera o indivíduo um “libertador” como do que julga a pessoa um “terrorista”.

O processo descrito acima não garante resultados perfeitos, nem no jornalismo, nem em outras áreas – como na ciência, na medicina, no judiciário – que adotaram sistemas e normas éticas com o objetivo expresso de garantir independência. Vieses e interesses pessoais podem, sim, distorcer o trabalho feito por repórteres e editores – do mesmo jeito que a experiência e o histórico do profis-

sional podem elevá-lo. Mas bons processos jornalísticos reduzem a frequência de erros e criam mecanismos de autocorreção em caso de desvios. É bem diferente do que ocorre com modelos pautados por objetivos políticos, ideologia ou, obviamente, interesse próprio – todos mais sujeitos a falhas, hipocrisia e corrupção. É muito melhor que o jornalista – assim como o cientista, o médico, o juiz – seja respaldado por um processo defensável na busca imperfeita da independência do que nem se preocupar com isso porque nunca será possível atingir total independência. “A impossibilidade de se atingir um ideal não elimina sua necessidade. Não o torna obsoleto, mas mais necessário ainda”, escreveu Marty Baron, ex-editor executivo do *Washington Post*, em um artigo sobre o tema. “E exige mais consistência na aplicação [das normas] e mais firmeza em sua fiscalização.”

Perseguir os fatos. O jornalismo independente pode ser uma atividade moralmente gratificante. Jornalistas exercem uma função corregedora ao expor corrupção e abuso entre detentores do poder. Jornalistas revelam injustiças e desigualdades. Sua atividade costuma produzir uma sociedade mais livre, justa e equitativa. É esse o jornalismo representado em filmes como *Todos os homens do presidente*, *Spotlight* e *Ela disse*.

A independência garante que o

jornalismo não seja distorcido por incentivos comerciais. O fato de que Harvey Weinstein era anunciante de longa data do *Times* não nos impediu de revelar abusos que deflagraram o processo que culminou em sua prisão. A independência garante que o jornalismo não seja distorcido pela pressão de governos. O fato de a China ter prometido severas consequências pouco depois de termos gastado milhões para lançar um site em mandarim não nos impediu de publicar um grande especial sobre corrupção no governo chinês. E a independência garante que o jornalismo não seja distorcido por interesses de natureza diversa. Até nossos dirigentes, nossos investidores e nosso jornalismo podem ser alvo de críticas em nossas páginas. Essas garantias não são só uma questão de ética e de valores; fazem parte de sistemas e processos e se refletem na estrutura da empresa em si – ao garantir, por exemplo, que o comercial não interfira na atividade jornalística ou que resenhas de livros escritos por nossos jornalistas sejam feitas por freelancers independentes.

Esses compromissos são comumente aceitos como princípios necessários de uma organização jornalística independente. Mas um verdadeiro compromisso com a independência – e a insistência em colocar o processo jornalístico acima de um resultado desejado – nem sempre é fácil ou confortável. Um dos sinais mais inequívocos de independência

é frequentemente levar ao leitor uma informação que este não esperava e preferiria não ouvir. Dois exemplos recentes:

O *Times* vem, há anos, registrando a brutal perseguição a uma minoria étnica muçulmana em Mianmar, os Rohingya, que especialistas em direitos humanos já chamam de genocídio. Essa era a história que uma de nossas repórteres estava pronta para relatar quando entrevistou, em um campo de refugiados, quatro jovens irmãs que contaram como soldados haviam incendiado sua casa, matado sua mãe e sequestrado seu pai, àquela altura já dado por morto. Com um pouco mais de investigação, no entanto, foi constatado que pouco do relato era verdadeiro. O drama todo fora inventado para disputar a limitada atenção de agências de ajuda humanitária. Em meio a tanto sofrimento, quatro órfãs tinham mais probabilidade de despertar simpatia do que uma família que perdera tudo, mas permanecia intacta. No caso, perseguir os fatos não só confirmou a verdade moral maior, mas também expôs outra, menor e menos esperada: havia uma disputa entre refugiados para exagerar o próprio drama e, assim, conseguir ajuda. Obviamente, havia um custo, como explicou a jornalista Hannah Beech em sua reportagem: “Essas estratégias são uma tática de sobrevivência. Quem não faria o mesmo para alimentar a família? Mas narrati-

vas falsas desacreditam as verdadeiras atrocidades – assassinatos, estupro, destruição de aldeias inteiras – cometidas contra os Rohingya por forças de segurança de Mianmar. E relatos exagerados só corroboram a tese do governo de que não há limpeza étnica em curso em Rakhine, como sugere a comunidade internacional, e que tudo não passa de uma mentira contada por invasores estrangeiros”.

Um ano depois, do outro lado do mundo, um comboio de ajuda humanitária americana a caminho da Venezuela pegou fogo após ser detido por militares na fronteira. A ideia de que o governo venezuelano dera a ordem para a destruição de suprimentos vitais em meio a uma fome devastadora parecia se encaixar na narrativa do regime brutalmente autoritário de Nicolás Maduro – prontamente condenado por muitos dos líderes mais importantes do planeta. Mas, como informamos em uma reportagem sobre o episódio, imagens de vídeo revelaram que o fogo aparentemente não fora causado pelas forças de Maduro – mas, muito provavelmente, por uma bomba caseira atirada a esmo por um opositor do regime.

É esse o compromisso paradoxal do jornalismo independente: aceitar a ideia de que uma pobre criança refugiada possa não estar dizendo a verdade ou que um tirano que persegue milhões esteja sendo acusado de um crime que não cometeu. Nos dois

casos, muitos críticos perguntaram quem poderia ganhar com um jornalismo desses. Ganha, é claro, a sociedade, que depende de informações fidedignas para tomar uma série de decisões correlatas, desde a distribuição de fundos a organizações de ajuda humanitária até a imposição de sanções pela violação de direitos humanos. A verdade também sai ganhando, assim como a credibilidade de quem a difunde. Da próxima vez que o *Times* falar sobre os desmandos de Maduro (como fizemos, aqui², aqui³ e aqui⁴) ou as atrocidades cometidas contra os Rohingya (como fizemos aqui⁵, aqui⁶ e aqui⁷), o leitor poderá ter certeza de que aqueles são os fatos, até onde pudemos apurar.

É fácil distorcer e caracterizar de amoral, e até niilista, esse compromisso com os fatos – acima até das consequências. É, no entanto, um compromisso fundado em uma visão basicamente otimista das pessoas e da democracia. O jornalismo independente é fundado na crença de que a democracia é mais forte quando as pessoas têm fontes confiáveis de informações fidedignas – para poder entender os fatos, processar sua complexidade e formar a própria opinião. Informação é poder – e gente com poder é mais apta a tomar decisões melhores.

Cobrir a incerteza. Ainda que nem sempre popular, a prática de perseguir os fatos onde quer que eles levem

é muito mais simples do que enfrentar as difíceis questões que surgem quando não é possível estabelecer categoricamente os fatos. A quantidade de temas que são factuais ou moralmente incontestáveis é muito menor do que a de assuntos marcados de alguma forma pela incerteza – quando os fatos não estão resolvidos ou ainda há aspectos sujeitos a debate. O papel do jornalista independente nesses casos é ajudar o público a entender e examinar o maior leque possível de posições intelectualmente honestas.

Em situações em que não pairam dúvidas cabíveis sobre fatos já estabelecidos, o jornalista não deve dar espaço a uma posição extrema só para cumprir uma obrigação ou se proteger da acusação de parcialidade. Na comunidade científica ninguém duvida seriamente de que a mudança climática seja uma realidade: o planeta está aquecendo, com consequências devastadoras. Há muitos outros exemplos: o Holocausto aconteceu, as vacinas contra a covid funcionam, Trump perdeu a eleição de 2020.

Mas, mesmo quando os fatos não são contestáveis, pode haver diferenças razoáveis de opinião sobre como a sociedade deveria interpretar e abordar esses fatos. O que, especificamente, deve ser feito para mitigar os efeitos da mudança climática? Gente que prega o antissemitismo deveria ser banida de redes sociais? Empresas devem exigir que seus trabalhadores estejam vacinados? O poder Legislativo deveria tomar medidas específicas para proteger as eleições? O jornalismo independente não deve se furta ao exame de questões polêmicas como estas, ainda que alguns insistam que a verdade já foi estabelecida.

Há também questões morais que

nós, como sociedade, corretamente enxergamos como resolvidas e fora de discussão. Racismo, por exemplo, é errado; deve haver igualdade de direitos para a mulher; ninguém deve ser submetido a tortura. Por outro lado, o jornalismo independente deve explorar, ainda que o princípio maior esteja além de qualquer dúvida.

Deve haver cotas raciais nas universidades, por exemplo? Em que circunstâncias o aborto deve ser permitido? Que métodos de coerção são aceitáveis em uma guerra?

Em certos casos, pode haver a tentação de tentar direcionar o debate com base em nossa própria opinião ou em nossa visão de como a história resolverá o assunto, na tese de que essa seria uma forma mais honesta e autêntica de jornalismo. Contudo, o jornalismo independente, sobretudo em uma democracia pluralista, deveria tratar questões de séria controvérsia política como abertas, não resolvidas e carentes de mais investigação (e, mesmo quando a discussão é amplamente tida como encerrada, em geral vale a pena tentar entender os motivos e as táticas de quem insiste em trazer a questão à tona).

Encerrar prematuramente a investigação e o debate só faz com que a divergência fique abafada. E, no pior dos casos, permite que o senso comum se cristalice e acabe cegando a sociedade. O *Times*, por exemplo, aprendeu a duras penas que a deferência a essas narrativas populares – Saddam Hussein tem armas de destruição em massa, Trump tem pouca chance de vencer uma eleição, em economias modernas a inflação não representa um sério risco – é tão nociva quanto qualquer viés pessoal. O problema em cada um dos casos citados, e em muitos outros parecidos, foi que o senso

comum nem sempre está certo e, até quando se revela correto, vale a pena ser posto à prova.

A avaliação desses debates é uma das razões pelas quais o processo jornalístico prevê a consulta a uma diversidade de opiniões. Isso vale, particularmente, para o jornalismo investigativo, no qual é preciso falar com gente que representa todo um leque de perspectivas. Mas é também por isso que a visão adicional de editores contribui para o trabalho, não só em questões de estilo e verificação, mas também para garantir que os temas incluídos pelo repórter sejam representados de modo justo e contextualizado. Quando consegue lançar luz sobre questões e debates, o jornalismo não só ajuda as pessoas a entender melhor aqueles de quem discordam, mas também a reconhecer suas diferenças com quem, a princípio, achavam concordar – ajudando a sociedade a conduzir o debate sobre o tema no sentido de uma resolução.

Lidar com a crítica. A crítica é parte natural e importante do processo jornalístico. Em parte porque o jornalismo independente, com seu compromisso de expor problemas e cobrar responsabilidade daqueles que detêm o poder, costuma contrariar as pessoas envolvidas – e seus correligionários. E também porque o processo de tomar decisões editoriais como essas, especialmente correndo contra o relógio, é imperfeito.

Antigamente, somente assuntos realmente polarizadores na sociedade americana – corrida à presidência, aborto, Oriente Médio – costumavam produzir uma enxurrada de críticas. Cada palavra e cada imagem eram esmiuçadas em busca de sinais de parcialidade e denunciadas

² Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/19/world/americas/venezuela-forced-disappearances-Maduro.html>

³ Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2017/12/17/world/americas/venezuela-children-starving.html>

⁴ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/05/17/world/americas/venezuela-economy.html>

⁵ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/13/world/asia/myanmar-rohingya-muslim.html>

⁶ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/09/08/world/asia/myanmar-rohingya-genocide.html>

⁷ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/11/14/world/asia/rohingya-refugees-bangladesh.html>

por sua suposta inexatidão ou pelo dano causado. Agora, quase tudo desperta essa reação. A dinâmica das redes sociais tornou a repercussão mais imediata, mais estrondosa e mais organizada. Cada lado fica mais entrenchado em sua narrativa e mais agressivo no ataque a qualquer coisa que vá contra sua opinião ou seus objetivos.

Muitas vezes, isso reflete uma genuína revolta e decepção. Até aqueles que aplaudem nosso trabalho jornalístico de modo geral volta e meia têm a sensação de que pisamos na bola justamente ao retratar o assunto de seu maior interesse – que é, naturalmente, onde consideram saber exatamente como a história deveria ser contada. Essa frustração, no entanto, costuma ser explorada por grupos de interesses com o intuito de tornar a cobertura mais favorável e de causar constrangimento a quem noticiar coisas que desagradam esses grupos – ou parte deles.

No passado, o único consolo de quem não tinha acesso a uma gráfica ou ao púlpito presidencial era acreditar que a imprensa se policiaria sozinha, por meio de erratas ou publicando cartas de leitores. Hoje, qualquer pessoa com perfil no Twitter (X) ou conta de e-mail pode expressar seu descontentamento. Essa mudança trouxe um salutar incremento na prestação de contas, mas também criou uma dinâmica difícil. Decisões jornalísticas são constantemente atacadas em público por líderes, ativistas, jornalistas, celebridades e influenciadores – que falam em nome próprio e, com igual frequência, no de uma comunidade maior. Essas comunidades em geral são ligadas a um aspecto identitário que pode envolver raça, religião, gênero, etnia, nacionalidade ou

ideologia política. Essa mesma dinâmica, contudo, serve para toda sorte de grupos: ativistas do clima, racialistas do Vale do Silício, economistas, fãs de Taylor Swift. Até aqueles cuja identidade é fundamentada em alertar para os perigos do tribalismo às vezes sucumbem a sua própria modalidade de “groupthink”. Lidar com críticas virou um dos aspectos mais difíceis do exercício do jornalismo independente.

Volta e meia, esses grupos acusam jornalistas de retratar equivocadamente sua comunidade, de perpetuar estereótipos ou até de expor a mais riscos pessoas que já têm boas razões para se sentirem vulneráveis. Às vezes, a crítica é justificada: se formos analisar os arquivos de qualquer organização jornalística, iremos achar exemplos que eram ruins naquele momento e hoje parecem piores. Muitos grupos minoritários continuam a acreditar que a grande imprensa não retrata sua comunidade em toda sua complexidade e dá ênfase excessiva a momentos de polêmica ou tragédia. E é perfeitamente compreensível que qualquer pessoa que tenha passado por uma experiência difícil – que foi alvo de antissemitismo ou de discriminação racial, que teve de abandonar à força seu país ou que interrompeu uma gravidez – vá ter opiniões fortes sobre como a imprensa deveria cobrir esse fato e quais consequências desse tipo de cobertura gostariam de ver.

Às vezes, um grupo desses pedirá a jornalistas que se concentrem em algum aspecto positivo da comunidade para ajudá-la. Ou dirá que sua comunidade só pode ser retratada de modo justo por quem faz parte dela. Ou até se oferecerá para orientar jornalistas sobre o vocabulário e o enfo-

que a adotar na cobertura da comunidade. Não é raro que ignorem todo um histórico de cobertura jornalística dedicada a muitos dos problemas que apontam para achar defeito em uma reportagem, um título, uma imagem, uma fonte, uma frase – às vezes, uma única palavra (até nossas decisões pessoais às vezes são vistas por um prisma ideológico, interpretado como sinal de que estamos cedendo à pressão de progressistas ou de conservadores, ou uma nomeação vista como evidência de que não podemos cobrir imparcialmente um ou outro lado de um conflito).

Muitas vezes, a crítica não é relacionada à cobertura em si – mas que poderia vir a ser mal utilizada. Foi o que aconteceu com a reportagem do *Times* sobre a má qualidade do ensino básico ministrado em muitas escolas da comunidade judaica hassídica. O trabalho foi acusado de antissemita e perigoso antes mesmo de ser publicado, pois poderia supostamente ser empregado para demonizar uma população altamente visada e que no momento já é alvo de crescente preconceito. Um grupo que representa judeus ortodoxos adotou essa linha de raciocínio em uma carta, afirmando que “uma imprensa livre pode ser uma força poderosíssima, para o bem ou para o mal, especialmente quando essas palavras aparecem, às vezes na primeira página, de um jornal importante”. A carta prosseguia: “O *Times* fez um mau uso desse incrível poder. E as vítimas dessa reportagem – judeus ortodoxos e hassídicos em Nova York – são uma minoria marginalizada já sujeita a um número crescente e assustador de crimes de ódio”.

Organizações de notícias independentes devem se empenhar para

cobrir toda comunidade com respeito, sutileza e sensibilidade. É algo especialmente importante no contexto de riscos e preconceitos que comunidades marginalizadas ou pessoas vulneráveis já enfrentam. Mas, mesmo quando age assim, o jornalismo nem sempre irá refletir o modo como esses grupos desejam ser vistos ou enfatizará os temas que prefeririam discutir. Quando a cobertura envolve grupos distintos, cada qual com narrativas diretamente conflitantes – como no caso da violência contra muçulmanos promovida por nacionalistas hindus na Índia atual –, fica mais fácil entender a impossibilidade de cobrir cada grupo exatamente como gostaria de ser coberto.

E o cuidado que um meio de comunicação independente deve ter na cobertura jornalística de cada grupo desses não suplanta o valor para o público – e em geral para a própria comunidade – de noticiar fatos e pautas difíceis, porém importantes. No exemplo, também teve muito leitor da comunidade hassídica manifestando decepção com aquele sistema de ensino e alívio em saber que, no futuro, a situação poderia melhorar devido à reportagem.

Os ataques a esse tipo de trabalho às vezes miram o medo natural do jornalista de que seu trabalho – que muitos consideram “o primeiro esboço da história” – seja, lá na frente, visto como algo “do lado errado da histó-

ria”. Mas esses ataques também são dirigidos a jornalistas cujo trabalho explora assuntos que dividem o público ou vêm incomodar um grupo de interesses específico com questões mais prementes. Nesse novo ambiente, jornalistas – especialmente mulheres – volta e meia são alvo de ameaças de estupro e morte, de atos de intimidação, de campanhas por sua demissão, de ameaças à família e de uma leva interminável de insultos e ataques pessoais que vão de ofensas raciais a acusações de intolerância (às vezes milhares em um único dia). Diante de um custo tão alto – para a reputação e a sensação de segurança do indivíduo –, é comum o jornalista se perguntar se vale a pena se expor a essa reação negativa. Naturalmente, o silêncio que pode resultar desse temor é o objetivo dos ataques. A responsabilidade do jornalista independente é não se deixar intimidar e continuar a exercer seu ofício, sem medo ou favor.

Críticas ao modelo

Em meio à reconfiguração da indústria jornalística e do ecossistema maior de informações, os ataques a esse modelo de independência jornalística vêm se tornando cada vez mais frequentes.

No setor, jornais continuam desaparecendo. Nos últimos 15 anos, o número de jornalistas em atividade foi reduzido em milhares e milhares.

Seguindo o modelo de meios digitais que surgiram nos últimos tempos, muitos dos jornais que sobrevivem se veem obrigados a remanejar recursos cada vez mais escassos para atividades bem mais baratas do que o jornalismo investigativo – como textos de opinião, agregação e o chamado *clickbait*. O resultado é que muitos dos jornalistas que conseguiram manter o emprego hoje trabalham basicamente agregando e opinando sobre o trabalho de outros – em vez de estarem na rua apurando fatos e em contato direto com novas fontes e novas ideias.

Ao mesmo tempo, as redações estão mais diversificadas, com um número muito maior de mulheres, LGBTQ e negros, embora ainda haja um longo caminho a percorrer. Nesse processo, houve uma necessária reavaliação do domínio do homem branco heterossexual no setor – domínio que há muito contribui para lacunas e distorções na cobertura jornalística. O resultado é que muitos grupos minoritários ainda seguem duvidando que as mesmas instituições e os mesmos valores institucionais, que no passado tanto desmereceram sua causa, possam se redimir e espelhar efetivamente o mundo em que vivem em sua totalidade. O debate sobre essas falhas deixou nas redações um rastro de dúvida: se essas falhas devem ser atribuídas à falta de representação ou a valores ultrapassados que talvez não sirvam mais para o atual momento.

Em certos casos, pode haver a tentação de tentar direcionar o debate com base em nossa própria opinião ou em nossa visão de como a história resolverá o assunto, na tese de que essa seria uma forma mais honesta e autêntica de jornalismo

Decisões jornalísticas são constantemente atacadas em público por líderes, ativistas, jornalistas, celebridades e influenciadores – que falam em nome próprio e, com igual frequência, no de uma comunidade maior

Para o público, essa mudança toda não foi menos dramática. Com a fragmentação do papel de “gatekeeper” da imprensa e o fim da era em que um punhado de meios no impresso e na TV era capaz de definir a pauta nacional, surgiu uma nova leva de meios e indivíduos dedicados a nichos específicos – e mais interessados em falar diretamente à identidade, aos anseios, posicionamentos políticos e à ideologia de seus respectivos públicos. Embora o papel de “gatekeeper” nem de longe fosse perfeito, a falta dessa mediação na internet fez disparar o volume de conteúdo direcionado a estimular o engajamento, atendendo a esperança das pessoas – e, mais ainda, seus medos e ressentimentos – e, com isso, gerar audiência. O estilo mais informal daquilo que é escrito para a internet e a óbvia dissonância entre a precisão do trabalho publicado por certos jornalistas e a informalidade – e até imprudência – de seus comentários nas redes sociais exacerbam a sensação de que as normas estão mudando. Essas tendências confundem ainda mais a noção que o público tem do papel da imprensa, fazendo o jornalismo parecer partidário e pouco confiável. Hoje, pouco mais de 25% dos americanos confiam no noticiário, segundo um estudo recente do Reuters Institute (é o menor índice entre os países pesquisados). Os resultados de uma pesquisa do Gallup foram ainda mais

desanimadores: só 16% disseram confiar bastante em jornais e 11% no jornalismo televisivo. Em muitos estudos similares, uma das principais razões citadas é o viés jornalístico.

Hoje, a crítica ao modelo de independência jornalística em geral recorre a três grandes argumentos.

“Objetividade” é um mito: um dos argumentos mais recorrentes é o de que o jornalista deveria reconhecer seus vieses, em vez de fingir ser capaz de atingir um ideal impossível de objetividade ou imparcialidade.

O principal argumento da direita americana, reiterado há décadas em discursos do Partido Republicano e da mídia conservadora do país, é que repórteres e editores usam a alegação de independência jornalística para disfarçar um viés recorrente contra posturas conservadoras e um tratamento mais negativo de líderes conservadores. Isso abrange desde velhas críticas sobre a cobertura de temas como armas de fogo e os rincões mais rurais do país, relações homoafetivas e fé e vai até o contínuo debate sobre o papel da escravidão na história dos Estados Unidos, deflagrado em parte por uma iniciativa do *Times*, o 1619 Project.

É verdade que a grande maioria dos jornalistas vem de dois grupos demográficos – indivíduos com ensino superior e moradores de grandes centros urbanos – que, nas últimas décadas,

passaram a ter visões mais progressistas, sobretudo em questões sociais. Esses grupos tendem a ser mais laicos, a não ter armas de fogo, a prestigiar uma mescla distinta de atividades culturais e de lazer, a ser mais abertos à diversidade racial, de gênero e de orientação sexual. Esses atributos – comuns em lugares como Nova York, nossa base – são a razão pela qual meu antecessor, ao mesmo tempo que refutava acusações de viés político, ocasionalmente atribuía ao *Times* uma certa sensibilidade metropolitana.

Essa cultura jornalística específica, que é a norma na maioria das grandes redações hoje em dia, pode levar a decisões editoriais vistas por muitos conservadores como o jornal tomando partido sobre uma questão que ainda estaria em aberto, como a existência da mudança climática ou a frequência de fraudes eleitorais – mas que a imprensa trata como já decidida. Já no caso de muitos outros temas que claramente seguem em aberto e sujeitos a discussão, o modelo de independência jornalística serve expressamente para ajudar a corrigir limitações na experiência e na visão de mundo do jornalista, o que inclui buscar e tentar comunicar de modo equilibrado um leque muito maior de opiniões. Isso não é negar a experiência pessoal, mas adotar um método para não permanecer preso a ela. Se formos analisar a cobertura do aborto como exemplo de questão sobre a qual a sociedade

vive há décadas em conflito, e na qual um grupo demográfico formado por profissionais de regiões urbanas se situa desproporcionalmente de um lado do debate, veremos que o *Times* acolhe uma representação equilibrada de opiniões de origens e orientações políticas diversas.

É verdade, também, que ficou mais difícil fazer uma cobertura do Partido Republicano da era MAGA (*Make America Great Again*) usada na campanha eleitoral do ex-presidente Donald Trump, que tanto a legenda como seus apoiadores consideram equilibrada. Em certos temas, parte considerável do partido perdeu qualquer ligação com a realidade e a ciência, além de atacar diretamente a democracia e seus pilares. É dever do jornalista expor essa guinada de forma clara, ainda que isso leve nossa cobertura a ser acusada de parcial. Se a maioria dos eleitores do Partido Republicano acredita – como indicam reiteradamente as pesquisas – que Trump venceu as eleições de 2020, é natural supor que esses mesmos eleitores suspeitariam de um veículo de imprensa que claramente rotula de falsa essa crença. Mas esse ceticismo pode às vezes ir longe demais – e o risco pode ser agravado em momentos de consenso prematuro entre especialistas em que os jornalistas confiam. Nesse sentido, a cobertura inicial da pandemia de covid-19 é instrutiva. Foi preciso lidar com o desafio de um presidente e de correligionários que não só soltavam informações errôneas sobre a doença e o impacto da pandemia, mas também questionavam a eficácia de vacinas e promoviam alternativas às vezes nocivas, levando a imprensa a encarar com suspeita tudo o que o governo dizia e fazia. Faltou, no entanto, ceticismo em torno do

consenso científico e burocrático que foi se impondo como mais estabelecido do que de fato era. Essa combinação criou pontos cegos, fazendo a imprensa descartar cedo demais a tese de que o vírus vazara de um laboratório ou questionar insuficientemente a eficácia de manter escolas fechadas por longos períodos de tempo.

Críticos à esquerda também sustentam que jornalistas supostamente objetivos estão ancorados a um determinado ponto de vista – neste caso, aquele que privilegia o homem branco hétero e o *status quo*. Essa crítica assume várias formas, mas normalmente se traduz na crença de que noções como objetividade – a ideia em si, não só a incapacidade de atingi-la – servem para manter estruturas de poder existentes e impedir que mudem ou sejam questionadas.

Que as redações americanas – como praticamente todas as instituições do país – são há muito dominadas pelo homem branco hétero é, obviamente, um fato. Embora a diversidade tenha aumentado bastante nos últimos anos, poucas redações se parecem às comunidades que cobrem, o que abre lacunas tanto na pauta editorial como na abordagem de jornalistas a certos assuntos. E não só em questões envolvendo raça e gênero, mas grupos como evangélicos, veteranos de guerra ou quem estudou nas chamadas “community colleges”. Também é verdade que organizações de notícias já apelaram à tese da objetividade para falsamente sugerir que jornalistas de minorias não teriam como cobrir de forma neutra pautas cruciais para sua comunidade – embora raramente se questione se o homem branco teria.

Essas falhas deveriam ser vistas como falta de independência no jor-

nalismo, não como crítica ao princípio. Toda cobertura é influenciada pela experiência e pelo conhecimento do jornalista. Redações mais diversas – povoadas por gente com origens, experiências, relacionamentos, currículos e conhecimentos mais variados – têm uma pauta mais ampla e uma cobertura mais matizada e mais informada. Um repórter que estudou física vai ser um repórter de ciências melhor. Um editor que cresceu no interior terá um olhar mais atento às sutilezas de um acontecimento ocorrido lá. E um jornalista de um grupo sub-representado pode aportar sua experiência de vida e o conhecimento direto a pautas sobre esse grupo. “Nossos olhos estão ligados a nosso corpo, que muitas vezes determina a maneira como enxergamos o mundo e como o mundo nos enxerga. Meus olhos verão coisas que os seus jamais verão”, disse Lowery em um ensaio para a CJR. “A ‘história’ que buscamos contar é, na verdade, um mosaico que deve ser criado peça por peça. Embora um jornalista possa inserir muitos pedaços, para visualizar a cena toda é preciso que outros preencham o restante. Para entender a realidade objetiva é preciso, portanto, uma diversidade de colaboradores.”

É impressionante a frequência com que esses dois ideais – uma redação diversificada e uma redação independente – são colocados um contra o outro, como se fosse necessário optar por um ou por outro. O que fica claro é que representação, em si, não basta; é preciso o respaldo de uma cultura que atraia uma diversidade de opiniões na hora de definir o que cobrir e com que enfoque. Muitos jornalistas de grupos com baixa representação contam como foram contratados em parte por ter uma

Organizações de notícias independentes devem se empenhar para cobrir toda comunidade com respeito, sutileza e sensibilidade. É algo especialmente importante no contexto de riscos e preconceitos que comunidades marginalizadas já enfrentam

perspectiva diferente, mas, uma vez no posto, foram aconselhados a deixar de lado esse olhar para não serem vistos como parciais.

Independência não significa que um repórter deva ser uma tábula rasa. Um repórter que cresceu em um bairro onde o perfilamento racial ou a brutalidade da polícia eram parte do dia a dia pode aportar um conhecimento e uma compreensão especiais do assunto. Tal experiência pode levar a um saudável ceticismo em relação a declarações de forças de segurança ou à maior compreensão do estrago que a injustiça produz naquela comunidade. A independência só é comprometida se o repórter tiver preconceitos que minem a meta de fazer uma apuração verdadeiramente imparcial, como tomar por falsa toda declaração da polícia ou minimizar o aumento da criminalidade. O melhor para o público é quando o jornalista – independentemente de identidade, convicção política ou experiência de vida – aborda todo assunto de mente aberta, disposto a buscar informações que possam desafiar expectativas ou até tornar a história mais complexa.

“Both-sidesism”: uma das críticas mais comuns à independência é que ela levaria o jornalista a tratar coisas desiguais da mesma forma.

A falsa equivalência ou “doisladismo” – no inglês, “*both-sidesism*”,

um termo popularizado por Jay Rosen, professor de jornalismo na NYU – ocorre quando o jornalista apresenta lados opostos de um argumento como igualmente válidos mesmo quando não são, para dar a impressão de imparcialidade na cobertura. Mais uma vez, não é difícil localizar base histórica para essa crítica. A imprensa sempre deu espaço para que vozes marginais da ciência questionassem a mudança climática – mesmo depois de a vasta maioria da comunidade científica ter concluído que é real. Diversos fatores contribuíram para isso. Muitos meios queriam não só ser independentes, mas também serem vistos como tal tanto por leitores como por fontes. A mecânica do *deadline* também teve seu papel, pois dar declarações de todos os lados era um jeito rápido e simples de indicar tanto imparcialidade quanto completude. Há bons motivos para criticar um modelo no qual um simulacro de imparcialidade supera o verdadeiro exercício de critérios. É um jornalismo preguiçoso que desaponta o leitor e é facilmente explorado por atores de má-fé. É como disse um *ex-publisher* do *Times*: “Sou a favor de uma mente aberta, mas não tão aberta a ponto de deixar o cérebro escapar”.

Essas críticas desconsideram, no entanto, a profunda transformação vivida por meios tradicionais que acreditam no modelo independente. Hoje, jornalistas já usam uma lin-

guagem mais direta, estão mais dispostos a expor mentiras e produzem um trabalho mais analítico fundado em apuração e expertise próprios, mesmo sob o risco de serem acusados de viés. Embora já estivesse em curso, essa mudança ganhou força durante o governo Trump, que dizia falsidades – sobre o público em seus eventos, o local de nascimento de seu antecessor, a pandemia de covid ou resultados das eleições – fáceis de serem desmentidas e normalmente chamadas de mentira sem eufemismos ou maiores considerações.

Hoje, portanto, usar a tese do “doisladismo” para criticar a mídia é querer travar uma guerra que já acabou. O argumento, no entanto, foi de bom grado adotado por ativistas e ideólogos interessados em levar a mídia a minimizar qualquer alternativa à sua opinião. Ao exigir que a imprensa trate algo como ponto pacífico, buscam vencer uma discussão sem travá-la. É por isso que o jornalista costuma ser acusado de “*both-sidesism*” ao entrevistar eleitores de um candidato ao qual se opõe, ouvir um lado contrário ao seu em uma determinada questão ou tomar a atitude jornalisticamente responsável de dar o direito de se explicar a quem esteja sendo acusado de algo errado.

Essa queixa é particularmente comum quando os participantes de um debate adotam posições de antagonismo extremo, como no caso do

aborto ou do conflito entre Israel e Palestina – quando a neutralidade na cobertura de um lado é vista como um ataque ao outro. Um exemplo: embora o governo russo ameace com prisão quem diga a verdade, é inegável que a invasão da Ucrânia pela Rússia foi um ato de guerra unilateral e que tropas russas já cometeram uma série impressionante de atrocidades.

Também é verdade que forças ucranianas parecem ter utilizado munições de fragmentação, proibidas por convenções internacionais. Relatar isso não significa fazer um juízo moral dos ucranianos – que também cometeriam atrocidades –, mas tentar expor todos os aspectos do conflito. Sem o relato independente, seria impossível para ucranianos, russos, líderes de outros países ou o cidadão comum entender a verdadeira situação da guerra e seus custos.

Como esse exemplo mostra, quando os riscos são mais elevados, maior a força do argumento do “*both-sidesism*”. É comum ouvirmos algo na seguinte linha: enquanto Trump ameaça a democracia, você fica questionando a idade ou os e-mails do adversário. Ou: o mundo está diante de uma catástrofe climática e você fica questionando se o preço da gasolina está alto demais. Ou ainda: meu grupo tem seus direitos sistematicamente atacados e você fica apontando erros cometidos por um único indivíduo do nosso lado?

No fim, o que se quer com isso é reduzir uma cobertura abrangente a uma declaração única sobre o que é mais verdadeiro e importante, em vez de refletir a realidade de que muitas coisas podem ser verdadeiras e importantes ao mesmo tempo. Os jornalistas precisam estar atentos ao risco da falsa equivalência. Mas, hoje, creio que o maior perigo para o jornalista é fechar os olhos para a possibilidade de fatos novos e em evolução que possam revelar outros aspectos de uma história ou, pior, praticar um “jornalismo de um lado só” para demonstrar que está do lado dos justos.

Resultados negativos: outra forma de crítica é que o jornalista, ao trazer uma informação que aumenta a probabilidade de um resultado negativo, acaba sendo cúmplice desse resultado. Esse argumento normalmente assume duas formas: que a imprensa não deveria publicar notícias que possam ser aproveitadas por atores mal-intencionados e tampouco dar espaço a opiniões que deveriam ser banidas da arena pública.

É bem verdade que o jornalista não deve ignorar o potencial impacto daquilo que informa. E, aqui e ali, buscamos minimizar possíveis danos com ajustes em um material específico ou a ampliação do escopo da cobertura. Temos cuidado, por exemplo, ao mencionar dissidentes em países onde tal ação possa produzir represálias,

sobretudo quando se trata do cidadão comum que talvez não entenda plenamente os riscos que está correndo. O mesmo vale para massacres e suicídios; nesses casos, nossa cobertura leva em conta estudos que sugerem que a exposição na imprensa pode inspirar imitadores. Em raras ocasiões, quando somos alertados de que publicar certos segredos envolvendo a segurança nacional poderia colocar vidas diretamente em risco, adiamos a publicação.

Mas, em geral, repórteres e editores independentes devem fazer duas perguntas: se algo é verdade e se é importante. Se a resposta a ambas for sim, devem encarar com profundo ceticismo qualquer argumento a favor da censura ou da distorção da informação apurada com base em uma visão subjetiva de possíveis resultados negativos que poderia produzir.

É melhor não revelar a corrupção de um aliado dos Estados Unidos para evitar incentivar uma oposição anti-americana? É melhor não levantar dúvidas legítimas sobre a saúde física ou mental de um candidato político porque alguns acreditam que seu adversário seria pior? É melhor não informar que o governo interceptava comunicações eletrônicas secretamente de seus cidadãos sem autorização da Justiça porque o governo Bush dizia que o grampo era crucial na luta contra o terrorismo e que abrir o jogo colocaria vidas em risco? Neste último caso,

Se a maioria dos eleitores do Partido Republicano acredita que Trump venceu as eleições de 2020, é natural supor que esses mesmos eleitores suspeitariam de um veículo de imprensa que claramente rotula de falsa essa crença

Críticos à esquerda também sustentam que jornalistas supostamente objetivos estão ancorados a um determinado ponto de vista – neste caso, aquele que privilegia o homem branco hétero e o *status quo*

o argumento serviu para adiar a revelação do fato por quase um ano – decisão que muitos hoje consideram equivocada. No fim, a publicação deixou claro que essa informação era necessária para abrir um debate importante sobre como o país equilibrava segurança nacional e direitos fundamentais de seus cidadãos.

Ultimamente, nossa cobertura do debate na comunidade médica sobre o tratamento de crianças transgênero recebeu críticas parecidas. Nosso trabalho foi acusado de despertar medo de lado a lado e de suscitar dúvidas de forma desonesta. Alguns chegaram a sugerir que o próprio fato de veicular opiniões divergentes sobre o tema teria legitimado (intencionalmente ou não) iniciativas no plano legislativo para cercear direitos e minar a segurança de um grupo que já é alvo de muito preconceito. “A pretensão de objetividade – o ideal do jornalismo de que todos os ‘lados’ de uma questão devem ser ouvidos – em geral mais atrapalha do que ajuda pessoas marginalizadas”, escreveu um crítico de nossa cobertura. “Se você diz ‘quero viver’ e eu digo ‘não’, o ato seguinte não é um debate – é assassinato.”

O *Times* vem cobrindo a escalada da discriminação, de ameaças e da violência contra pessoas transgênero, não binárias e de gênero diverso, incluindo a intensificação de medidas legais para derrubar direitos. Também mostramos como

indivíduos que questionam normas de gênero vêm ganhando reconhecimento e rompendo barreiras nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Apesar disso, esses artigos – e há centenas deles – são ignorados por críticos, que preferem se ater a um punhado de matérias que abordam questões particularmente delicadas que a sociedade segue debatendo, mas que alguns prefeririam que dessemos por já resolvidas.

A longo prazo, ignorar divergências na sociedade ou suprimir propositalmente certos fatos e opiniões – ainda que com a melhor das intenções – transforma a imprensa em um ator abertamente político, alimenta teorias da conspiração sobre pautas ocultas e valida a acusação de que a mídia é desonesta. Isso, por sua vez, mina a confiança na imprensa e limita sua capacidade de produzir um impacto quando revelamos injustiça, corrupção ou outros malfeitos.

O segundo resultado negativo frequentemente citado é o chamado “*platforming*”. É a tese de que dar palco para gente com visões ruins ou perigosas em matérias – ou até aceitar sua contribuição na seção de opinião – torna o mundo pior ou mais perigoso. A grande preocupação contida nesse argumento é que o simples ato de analisar ou divulgar ideias controversas ou repugnantes, sem sua expressa condenação, seria equivalente a promovê-las e legitimá-las.

Isso reflete o acirrado debate na sociedade sobre o que a imprensa deveria fazer com opiniões consideradas questionáveis, ofensivas ou perigosas. O *Times* já foi criticado por dar o perfil de um simpatizante do nazismo, um texto de opinião de um líder talibã e, sem mencionar, um ensaio do senador do Partido Republicano Tom Cotton (“Send in the Troops”) que agitou o jornal como nunca durante meu tempo. É verdade que um texto mais brando ou um artigo sem qualquer contraponto pode acabar desinformando – ao não ser contextualizado e, com isso, ignorar uma verdade maior. E é verdade que um veículo de imprensa não ajuda em nada seus leitores ao publicar uma cacofonia de informações e perspectivas na esperança que eles se deparem com a verdade por conta própria. Tudo o que publicamos deveria satisfazer normas básicas de validação e honestidade intelectual. Aplicar um critério jornalístico para decidir que vozes incluir, e como, não equivale a censura.

Mas um modelo jornalístico que reduz excessivamente o leque de vozes e opiniões aceitáveis traz risco. Na escolha entre inclusão e exclusão, preferimos pecar pelo excesso da primeira. Na vasta cobertura que fizemos sobre as vacinas contra a covid, por exemplo, publicamos uma matéria sobre pessoas contrárias a vacinas que afirmavam claramente que os

Há bons motivos para criticar um modelo no qual um simulacro de imparcialidade supera o verdadeiro exercício de critérios. É um jornalismo preguiçoso que desaponta o leitor e é facilmente explorado por atores de má-fé

imunizantes eram seguros e davam todo um contexto sobre teorias da conspiração. Agora, por que se dar ao trabalho de entender a visão desses céticos quando ela é errada, até perigosa? Porque os Estados Unidos são o país com a menor taxa de esquema vacinal completo entre as democracias mais ricas do mundo e o movimento antivacina vinha ganhando força e suscitando profundas questões de saúde pública com as quais a sociedade americana segue lidando.

Vale mencionar, brevemente, outras duas críticas que, embora especificamente ligadas à estrutura do *Times*, se aplicam também a outras organizações de imprensa.

A primeira é que contar com uma seção de opinião estaria em conflito direto com nosso compromisso com a independência. É fácil entender por que alguns lançam mão desse argumento, pois cada texto de opinião promove o ponto de vista de seu autor. O jornalismo opinativo, no entanto, pode constituir outro meio valioso de honrar essa promessa de independência, pois ajuda o leitor a explorar ideias e a formar – e questionar – sua própria opinião sobre assuntos importantes. Por isso contamos com um grupo diversificado de colunistas que trazem uma variedade de origens, interesses e inclinações políticas para seu trabalho. E daí fazemos questão de publicar textos de convidados para ter uma gama ainda maior de pers-

pectivas. Em muitos casos, nossos leitores dão mais atenção justamente a vozes e opiniões com as quais menos concordam.

Aliás, a ideia original de abrir nossas páginas a autores e especialistas de fora repousava na crença de que expor o leitor a uma variedade de opiniões teria o efeito de “estimular novas ideias e renovar a discussão de problemas da sociedade”. Ainda que cada texto, incluindo nossos editoriais, esteja ancorado em uma visão individual, a seção como um todo traz um conjunto amplo e diversificado de opiniões que, juntas, devem seguir de guia para os grandes debates na sociedade. O bom jornalismo opinativo adota muitos dos mesmos valores de uma redação independente, com colunistas e outros autores de textos de opinião usando apuração, análise e conhecimento de causa para embasar seu trabalho e editores cobrando altos padrões de exatidão, imparcialidade e rigor intelectual.

Embora nossos artigos de opinião diários sejam tipicamente uma das formas de jornalismo mais populares e nossos colunistas entre as vozes mais confiáveis, acreditamos que a opinião vem depois da missão reportagem e deve representar só uma porção de uma dieta saudável de notícias. É por isso que nossa seção de opinião é propositalmente pequena – representa bem menos de 10% de nossa equipe jornalística – e que a

redação permanece isolada das decisões editoriais. E, nos últimos anos, tomamos ainda mais medidas para tornar esse trabalho menos proeminente na página inicial e mais visualmente distinto do noticiário – para não confundir o leitor sobre o que é fato e o que é opinião.

A segunda crítica é dirigida ao modelo de negócios de assinaturas. Em uma era de descrença nas instituições, quando um empresário sai defendendo ideais elevados é fácil pressupor que haja interesses comerciais por trás.

Críticos conservadores acham que há incentivos para agradarmos um público liberal. Já críticos progressistas acham que nosso compromisso com a independência é movido pelo desejo de conquistar mais assinantes conservadores. O fato, no entanto, é que uma representação justa do mundo – e das pessoas e ideias que o moldam – não é boa só para os crentes, mas também para os céticos. Uma sociedade diversa deveria ter como aspiração entender a vida e a motivação de todos, bem como a variedade de argumentos que conformam o debate público. Por sorte, nossos leitores em geral pensam o mesmo. Embora costumem me questionar sobre campanhas de cancelamento lideradas por grupos de interesse incomodados com nosso jornalismo, os números reais são insignificantes. Na verdade, estudos sobre nos-

A longo prazo, ignorar divergências na sociedade ou suprimir propositalmente certos fatos e opiniões – ainda que com a melhor das intenções – transforma a imprensa em um ator abertamente político e valida a acusação de que a mídia é desonesta

Os leitores mostram que, em toda a sua diversidade, o traço mais comum a todos na comparação com o público em geral é o desejo do contraditório, do contato com informações, ideias e perspectivas que ampliem, em vez de meramente validar, sua percepção do mundo. Mesmo quando nossa cobertura desagrade todas as partes do espectro político, o número de pessoas que dão valor a um jornalismo independente o suficiente para prestigiá-lo e pagar por ele cresceu consideravelmente, tanto no *Times* como em outros meios.

O risco das alternativas

Assim como ocorre com a democracia, e aproveitando a célebre frase de Winston Churchill, a defesa de um jornalismo independente se fortalece pela fragilidade das alternativas.

O jornalismo independente não é uma plataforma neutra. Em vez de simplesmente inundar o leitor com uma cacofonia de vozes e esperar que as de maior valor se destaquem, inúmeras decisões jornalísticas são tomadas para conduzir o leitor rumo a uma compreensão do mundo mais completa, mais matizada e fundada em fatos. Essas escolhas incluem contextualizar a informação, determinar quais vozes seriam mais relevantes para simbolizar um debate e ajudar o público a colocar em perspectiva a relevância de um acontecimento.

Mas jornalismo independente tampouco é jornalismo ativista. É certo que o modelo do jornalismo ativista – cujos praticantes expressam abertamente sua causa – demonstrou seu valor em uma longa e honrosa história. Meios de comunicação dirigidos a grupos étnicos ou raciais específicos, por exemplo, tiveram um papel crucial por mais de um século em voltar a atenção a problemas, celebrar pessoas e apoiar reformas comumente ignoradas pela grande imprensa. Hoje, muitos meios de alta integridade são transparentes sobre sua ideologia e seus objetivos, desde a *Mother Jones* à esquerda ao *The Dispatch* à direita, passando por uma série de *podcasts* e *newsletters* voltados a todo assunto e a todo ponto de vista imagináveis. O Marshall Project não permite que sua meta central de reformar o modelo de justiça penal distorça os fatos. O Coin-Desk (site que cobre o setor de criptomoeada) divulgou uma notícia que ameaçou o próprio setor.

O modelo ativista, no entanto, é perigoso quando encarado como substituto – e não complemento – do jornalismo independente. Os autos da ação judicial movida pela Dominion contra a Fox News mostram os riscos do jornalismo ativista quando fora de controle. Na ânsia de saciar o desejo de validação de seu público – ou de contribuir para o desfecho político que queria –, a Fox e outros

meios que adotam o mesmo sistema acabam se desviando da busca imparcial da verdade. Informações alinhadas com sua inclinação ideológica ou um resultado político desejado recebem destaque, enquanto o que vai no sentido oposto é minimizado. Em vez de ajudar a esclarecer, o modelo confunde. É maior, por exemplo, a probabilidade de que quem assiste a Fox News acredite (erroneamente) que Saddam Hussein ajudou a planejar o 11 de setembro, que Barack Obama não era cidadão americano e que as eleições de 2020 foram fraudadas.

Muitos defendem que trazer a ideologia para o primeiro plano é mais honesto (por que não expor os próprios vieses em vez de ocultá-los?) e mais honrado (por que não buscar a solução de problemas em vez de apenas descrevê-los?). Isso, no entanto, pode gerar a falsa convicção de que opiniões pessoais são verdades fundamentais. Lutar por justiça não significa o mesmo para todos. Para alguns, é defender o direito de portar armas abertamente; para outros, é defender o direito de migrantes de cruzar fronteiras sem restrição. Mas qual a verdadeira relação entre porte de armas e mais segurança? E qual o impacto para indivíduos, empregos e a cultura de endurecer ou afrouxar leis de imigração?

Por mais sábio e bem-intencionado que seja, o jornalista convicto da pró-

Uma representação justa do mundo não é boa só para os crentes, mas também para os céticos. Uma sociedade diversa deveria ter como aspiração entender a vida e a motivação de todos, bem como a variedade de argumentos que conformam o debate público

pria retidão pode ver sua opinião se engessando a ponto de ofuscar, em vez de iluminar, o mundo que cobre. E, ainda que o profissional consiga evitar todas essas ciladas, o jornalismo movido pelo desejo de influenciar resultados fica em apuros nos inevitáveis momentos em que os fatos que descobre estão em conflito com um objetivo político maior, que o jornalista – ou seu meio de comunicação – queira promover. E há ainda mais riscos quando isso se deve não a princípios genuínos, mas a interesse próprio ou vantagens políticas.

Se compararmos o modelo ativista com o modelo independente, veremos como as abordagens são diferentes. O repórter do *Times* que deu o furo de que Donald Trump pedira ao diretor do FBI que jurasse lealdade ao governante foi o mesmo que revelou que Hillary Clinton usara a conta pessoal de e-mail enquanto secretária de Estado. Outro exemplo: meses após uma reportagem do *Times* ter revelado o pagamento de somas vultosas para calar acusações de assédio sexual contra Bill O'Reilly, um popular comentarista conservador, demos uma reportagem parecida sobre Harvey Weinstein, um grande colaborador de causas liberais. A má conduta pessoal de políticos e tentativas de manipulação eleitoral tanto de republicanos quanto de democratas também são alvo de cobertura robusta em nos-

sas páginas. Não escrevemos histórias para equilibrar os pratos da balança, mas porque cada uma era, por si só, verdadeira e, por si só, importante.

Os ataques que recebemos a cada matéria dessas deixa claro que uma das decisões jornalísticas mais profundas era aderir a uma tribo, ou se preparar para desagradar algumas pessoas. O compromisso com a independência significa que esta última opção é a única defensável, ainda que tenha custos consideráveis no curto prazo. Em um momento no qual muitos tentam utilizar ideais liberais clássicos – como o modelo jornalístico que aqui defendo – para fins não liberais, veículos de imprensa independentes não deveriam fazer o trabalho para eles ao abandonar esses valores por conta própria.

Caminho a seguir

Como proteger um jornalismo independente de golpes desferidos de quase todos os lados?

A principal defesa de uma imprensa independente é uma imprensa forte e sustentável. Precisamos fortalecer o modelo de negócios do jornalismo investigativo, sobretudo no plano local. Precisamos dar proteções legais a jornalistas e suas fontes a fim de garantir o livre fluxo de informações para o público. Precisamos enfrentar a crescente repressão contra jornalistas em certos países – como a recente prisão

de um repórter do *Wall Street Journal*, Evan Gershkovich, pela Rússia – e o crescente assédio a esses profissionais aqui no país.

Mas, no caso mais específico da independência, há um punhado de medidas claras a serem tomadas por jornalistas e dirigentes de instituições jornalísticas, incluindo a nossa.

O primeiro de tudo é lembrar que nosso grande propósito, como venho dizendo, é perseguir os fatos onde quer que nos levem, ainda que preferíssemos que fossem outros, e representar de forma justa pessoas e perspectivas, ainda que discordemos delas. Qualquer concessão nesse aspecto vai abalar ainda mais a já frágil confiança do público no jornalismo e, em última instância, prejudicar a capacidade dos jornalistas de servir a uma sociedade em desesperada necessidade de informações confiáveis. Já vi muita situação em que o jornalista é instado a ocultar o que descobriu, a distorcer fatos ou a descambar para a especulação – tudo para demonstrar o compromisso com uma causa maior. O que o jornalista deve fazer, no entanto, é auscultar o mundo com curiosidade, não com certezas. Devemos permanecer céticos, humildes, inquiridores na hora de explorar cada fato, ainda que julgamos entender como ninguém do assunto. Devemos complicar narrativas aparentemente simples, mati-

zar a informação e questionar continuamente aquilo que descobrimos.

Em segundo lugar, os jornalistas devem reafirmar seu compromisso com a reportagem como o serviço mais valioso que prestamos à sociedade. A reportagem – não o comentário ou a agregação – é o ingrediente essencial de novas ideias e novos *insights*, permitindo que todo componente do ecossistema jornalístico prospere. Para isso, é preciso sair da bolha. Um efeito colateral insidioso do colapso das notícias locais é que os empregos no jornalismo nos Estados Unidos se concentram cada vez mais nas mãos de indivíduos com elevado grau de instrução em centros urbanos progressistas do país: segundo o Pew Research Center, de cada cinco jornalistas, mais de um vive em Nova York, Los Angeles ou Washington. E muitos se valem exageradamente do Twitter (X), confundindo-o com uma praça pública, em vez de um espaço de eco jornalístico. Repórteres devem se esforçar mais para chegar a lugares que não conhecem, falar com gente que não conhecem e questionar suas próprias suposições com perspectivas, experiências e ideias que não conhecem.

Terceiro, é preciso entender melhor como a crítica pública pode manipular a cobertura. No ambiente hiperconectado de hoje, a resposta a nosso trabalho é mais imediata e intensa do que nunca. O aumento da transparência e da responsabilização por nossos erros e deslizes é um desdobramento salutar. No entanto, a reação a nosso trabalho hoje costuma vir na forma de ataques destinados a intimidar, questionando a legitimidade ou a ética do jornalista. A intenção dessa crítica não é fazer a verdade

triumfar: é coagir, constranger e intimidar o jornalista para convencê-lo a dar uma cobertura mais favorável. Mas aplausos, não só vaias, também podem ser usados para cooptar. Jornalistas com autoestima não recebem ordens de políticos e nem de empresas. E tampouco devem alterar sua apuração para obter elogios de ativistas e grupos de interesse, ainda que façam um trabalho admirável. É como costuma dizer um ex-editor-executivo do *Times*, Dean Baquet: “Os cães de guarda não podem permitir-se tornar-se cães de colo”.

Por último, a imprensa deveria enfrentar com mais determinação a incômoda realidade da desconfiança na mídia. Levará anos, senão décadas, para conquistar indivíduos que repetidamente ouviram, de gente que admiram e em quem confiam (incluindo um ex-presidente dos Estados Unidos), que a mídia é inimiga sua e do país. Organizações jornalísticas não podem, no entanto, agir como se fossem incapazes de reverter a crescente desconfiança no jornalismo como um todo. Precisam defender sua reputação de maneira muito melhor e explicar bem como tomam decisões editoriais. Muitas das convenções da profissão – a estrutura de pirâmide invertida dos textos, dar data e crédito a jornalistas, fazer malabarismos para “extrair” o autor do resultado final – são relíquias de uma era em que parecia haver fé em instituições jornalísticas. Não estou convencido de que o público um dia tenha entendido essas normas. Hoje, pode-se afirmar com certeza que não entende. Um estudo do próprio *Times* sugere que muitos leitores fiéis não sabiam que nossos jornalistas – que em um ano típico fazem reportagens

de mais 160 países, não raro em condições difíceis e arriscadas – realmente atuavam em campo. O problema não está na compreensão do leitor, mas na nossa comunicação. Não fomos capazes de mostrar de forma clara e contundente como é o trabalho de apuração dos fatos, explicar bem nosso processo ou deixar claro como vemos nosso papel.

É preciso que outros atores também façam sua parte se quisermos proteger o jornalismo independente e a função que este exerce na promoção de uma sociedade informada. Três deles se destacam.

Buscadores e, especialmente, plataformas sociais – sobretudo Facebook, YouTube, Twitter e TikTok – são grandemente responsáveis por criar as condições que ameaçam o jornalismo independente. Não estou falando da migração da publicidade antes destinada a meios de comunicação para os titãs da tecnologia, embora isso não tenha ajudado. Estou falando da profunda mudança na forma como o público encontra a informação e com ela interage – mudança que exacerba a polarização, alimenta a antipatia e fratura a compreensão da realidade pelas pessoas. Essas plataformas, e tantas outras, basicamente tratam opinião como se fosse fato, deixam conspiração se confundir com realidade e põem propaganda ideológica e jornalismo em pé de igualdade. O uso de *likes* e *shares* para medir o engajamento e determinar quem merece destaque incentivou a mídia a produzir conteúdo que afirma em vez de informar, que semeia divisão em vez de promover compreensão. Entendo a dificuldade das plataformas de regular esse ambiente, mas enquanto não se esforçarem mais para diferenciar e

O uso de *likes* e *shares* para medir o engajamento e determinar quem merece destaque incentivou a mídia a produzir conteúdo que afirma em vez de informar, que semeia divisão em vez de promover compreensão

destacar fontes confiáveis e independentes de informação – ainda que o preço seja o engajamento de usuários ou ataques políticos – seguirão alimentando a desinformação e a polarização.

Se no caso das plataformas o jornalismo foi uma vítima acidental, do *establishment* político foi um alvo explícito. Os fundadores da nação americana de modo geral defendiam uma imprensa livre, mesmo sabendo que estar sob sua vigilância nem sempre seria tranquilo. Mas, especialmente nos últimos anos, a direita vem mantendo uma crescente e sustentada campanha de ataques à imprensa para angariar votos e se defender de críticas ou escrutínio. Em vez de se explicar quando algo desabonador sai na mídia, opta por classificá-la de “inimiga do povo” e nosso trabalho de *fake news*.

Essa campanha converteu em abismo o que era um pequeno vão na confiança na imprensa entre polos opostos do espectro político americano. Hoje, 70% dos democratas dizem confiar muito ou moderadamente na mídia; no caso dos republicanos, só 14%. A retórica anti-imprensa também teve desdobramentos jurídicos. Nos seis anos transcorridos desde a eleição de Trump, o número de ações por difamação movidas contra o *Times* quadruplicou em relação aos seis anos anteriores – muitas por ativistas de direita querendo que a

Suprema Corte derrube velhas proteções à imprensa. Essa campanha teria o objetivo menos sutil de tornar mais fácil abrir processos contra meios de comunicação e, com isso, mais difícil para jornalistas levarem informações ao público.

Essa tática pode ser eficaz. Hoje, poucas atividades são alvo de tanto desprezo como o jornalismo. Atacar uma imprensa livre, no entanto, é irresponsabilidade e falta de patriotismo. Em países como Hungria, Turquia e Rússia, gestos e palavras similares contra o jornalismo foram o prenúncio de um ataque maior à democracia – ataque que ficou muito mais fácil sem a transparência e a cobrança garantidas por uma imprensa livre e independente. Nos Estados Unidos, isso significa uma investida não só contra o espírito da Primeira Emenda da Constituição americana, mas da fórmula que fez do país o mais próspero do mundo. A história de nossa nação mostra que o jornalismo independente não só deixa a sociedade mais informada, mas também torna nossa nação mais segura, nossa economia mais forte, nosso povo mais saudável, nossa sociedade mais justa. Minar sistematicamente o jornalismo independente – e buscar substituí-lo pela propaganda calculista de interesses poderosos – enfraquece a nação.

Ninguém tem mais a perder com isso do que o povo americano. Durante décadas, abrir um jornal

sobre a mesa da cozinha ou sentar com a família para assistir ao telejornal à noite era algo fundamental para o bom cidadão. Os rituais podem ter mudado – mas a necessidade, não. A sociedade ainda ganha se há uma base comum de informações objetivas. Ainda ganha quando entende seus vizinhos e sua nação e quando se importa o suficiente para erguer os olhos do próprio umbigo e se envolver com o mundo de modo geral.

São os próprios americanos que precisarão mostrar que há um futuro para o jornalismo independente. Em meio a toda a distração, a confusão e o caos do mundo digital, é mais importante do que nunca que o cidadão cultive relacionamentos com organizações jornalísticas que o informem e desafiem, que se comprometam a abrir um espaço em seu dia a dia para o jornalismo independente e que o utilize para expandir, e não só reforçar, sua visão de mundo. Se a imprensa mantiver a independência jornalística, tenho certeza de que, com o tempo, mais gente – de tudo quanto é origem e perspectiva – passará a enxergar o valor do jornalista que serve de guia imparcial em um mundo complexo em um momento de grande importância. ■

A.G. SULZBERGER é presidente do conselho da The New York Times Company e publisher do New York Times. Este artigo foi escrito em 15 de maio de 2023



Imprensa livre, democracia forte

Uma não existe sem a outra

por KYLE POPE

DURANTE A CORRIDA À PRESIDÊNCIA AMERICANA em 2020, Donald Trump foi aplaudido em um comício ao lembrar como o repórter da MSNBC Ali Velshi fora alvejado no joelho por uma bala de borracha disparada pela polícia enquanto cobria os protestos pelo assassinato de George Floyd. “Foi uma coisa linda”, disse Trump, que mais adiante chamaria Velshi, equivocadamente, de “aquele repórter idiota da CNN” – arrancando risos da multidão.

O que impressionou naquele ataque foi o quão banal ele se tornou. Trump atacou a imprensa durante todo o mandato. A impressão é que o insulto nem era tanto por não ter gostado de uma reportagem em particular ou por desaprovar esse ou aquele meio de comunicação (Trump nem parecia saber onde Velshi trabalhava), mas pela ânsia de transformar a imprensa como um todo em inimiga. Ao deixar o cargo, Trump tinha naturalizado a ideia de que era aceitável um presidente atacar a instituição do jornalismo e gerou um movimento político nos Estados Unidos que não vê relação entre democracia e a imprensa que a cobre.

Anos atrás, o americano convivia bem com visões contraditórias sobre a imprensa: ainda que demonstrasse irritação (ou coisa pior) com um jornalista ou uma matéria, sabia reconhecer o valor de uma imprensa firme e independente. A cobertura sobre Watergate e o Vietnã, por exemplo, gerou ferozes críticas ao jornalismo à época, mas Richard Nixon e Lyndon B. Johnson nunca foram tão longe como Trump no questionamento ao direito fundamental de uma imprensa livre de exercer seu ofício. Se o tivessem feito, teriam sido exceções à regra no mundo político de então.

Com Trump, a cultura mudou. A democracia parece ter chegado a um ponto crítico, já infiltrada pelo autoritarismo. “A crise da democracia americana foi facilitada pelas crises vividas pelo jornalismo americano”, escreve Jelani Cobb, diretor da Columbia Journalism School, no texto introdutório de uma conferência copatrocinada pela *CJR*. “Assolada pela queda da receita, pela redução da confiança pública, pelo declínio da força de trabalho e pelo surgimento de um ecossistema sofisticado de desinformação, a imprensa, como sugere a discussão em torno de vacinas contra a covid e as eleições de 2020, teve dificuldade em convencer muitos americanos de fatos básicos”.

O que era exceção virou a norma. Greg Gianforte, um republicano do estado americano de Montana que agrediu um repórter do *The Guardian* em 2017 durante a campanha ao Congresso, hoje é governador do estado (“Esse é dos meus!”, disse Trump ao saber da agressão). Ron DeSantis – governador da Flórida e provável adversário de Trump nas primárias do Partido Republicano do ano que vem – propôs uma série

de medidas que minam a capacidade de jornalistas de fazer seu trabalho, entre elas tornar mais fácil para personalidades públicas mover ações contra meios de comunicação e garantir que declarações dadas por fontes anônimas sejam consideradas a priori falsas em processos por difamação. Apesar (ou por causa) disso, DeSantis foi considerado favorito entre os republicanos. Nos comícios de Trump, por sua vez, insultos à imprensa têm espaço garantido.

É um momento sombrio para o jornalismo. Segundo pesquisas recentes do Gallup, o grau de confiança na mídia está perto da mínima histórica. Outro estudo revelou que quase dois mil jornalistas perderam o emprego no último ano. As redes sociais seguem sendo um espaço tóxico para jornalistas, sobretudo mulheres ou negros. E, pior de tudo, graças a uma cultura política que premia o escárnio à mídia, muita gente nos Estados Unidos já não associa uma imprensa livre a uma sociedade democrática vigorosa.

Sabemos também que o problema não é limitado a nosso país. Desde o início da carreira política de Trump, seu discurso anti-imprensa vem cruzando fronteiras e sendo repetido por líderes estrangeiros como parte de uma expansão mundial do autoritarismo. O jornalismo – atividade que sempre exigiu confronto e disposição a questionar as pessoas no poder – vem sendo reiteradamente retratado como voz de “oposição”. Quando a Rússia banuiu a TV Rain, a última emissora independente do país, seus jornalistas foram para o exílio. A emissora voltou ao ar em Riga, na Letônia. Mas, como escreve Annie Hylton no perfil de um dos rostos em ascensão da TV Rain, Valeria Ratnikova, a revolta desper-

tada pelos atos do Kremlin influenciou a opinião pública sobre os jornalistas russos exilados – que, em muitos casos, subestimaram a necessidade de manifestar sua independência da pátria-mãe: nesse ambiente tenso, uma fonte diz a Hylton que a coisa estava fadada a ser “um desastre mútuo”.

Com outra eleição a presidente à vista, jornalistas americanos hoje têm de desempenhar uma dupla função: a de cobrir um país profundamente polarizado e a de defender o papel de seu ofício em uma democracia. É uma tarefa descomunal, que muito provavelmente irá aumentar a crispação nas redações. Será que o melhor é denunciar movimentos antidemocráticos de maneira direta, sem rodeios – ou seja, abraçar a ideia do jornalismo de oposição? Ou adotar uma postura mais contida e “objetiva” geraria mais confiança? Há uma divisão na imprensa, não raro entre diferentes gerações. Na minha opinião, o caminho a seguir exige que os jornalistas redobrem as suas reportagens e assumam o seu papel de adversários. Como escrevi na *CJR* logo após a eleição de Trump, em 2016: “Precisamos aceitar, e até apreciar, nossa história como descontentes e agitadores, como indivíduos dispostos a dizer aquilo que faz com que todos se sintam incomodados”.

Para mim, o caminho a seguir

O momento que vivemos parece terrível. Mas a necessidade do trabalho feito por jornalistas – cobrar responsabilidades de detentores do poder, ouvir quem está sofrendo, denunciar injustiças – é tão essencial quanto sempre foi. Não temos escolha a não ser nos envolver e fazer com que nossas vozes sejam ouvidas. ■



Svitlana Oslavska
em sua cidade natal

DIVULGAÇÃO



Yahidne, ao norte de Kiev, foi um dos vilarejos visitados por Oslavska para o Reckoning Project

SHUTTERSTOCK

Do outro lado do mundo, em Washington, Peter Pomerantsev – um britânico de ascendência ucraniana que é um dos diretores da Arena Initiative, um programa na Johns Hopkins University focado em desinformação e polarização –

acompanhava a invasão pelo noticiário quando sentiu vontade de fazer algo a respeito. Lembrou que Janine di Giovanni, uma veterana da cobertura de guerras, dirigia um programa em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a

Democracia para ensinar jornalistas a reunir evidências de crimes de guerra no Iêmen, Iraque e Síria. Pomerantsev ligou para Giovanni e perguntou se ela teria interesse em criar algo parecido na Ucrânia. Giovanni disse sim no ato. “Como o

Jornalismo de impacto

Uma repórter se une ao Reckoning Project na Ucrânia

EM FEVEREIRO DE 2022, a jornalista Svitlana Oslavska terminou de escrever o livro *Relatos de Severodonetsk do passado*, com dez histórias sobre a cidade onde cresceu. Dias depois de entregar o manuscrito, a artilharia russa começou a bombardear a periferia da cidade. Severodonetsk fica no oblast de Luhansk, a província mais oriental da Ucrânia. O ataque se estendeu até junho, momento no qual áreas inteiras da região estavam devastadas. De edifícios residenciais sobrara só a carcaça. Uma fábrica de amônia que era um verdadeiro símbolo de Severodonetsk, em operação havia mais de 70 anos, foi paralisada. Quase todos os moradores da cidade – 100 mil pessoas – tinham partido. “A certa altura, a gente perde a capacidade de saber o que é notícia”, disse Oslavska, de 34 anos. “Você diz ‘esse homem aqui foi morto’, ‘essa família aqui foi deportada’, ‘aqui ocorreu algo muito triste’, mas você não vê mais nada disso como notícia.” Por um tempo, Oslavska parou de escrever.



Placa de Severodonetsk cravejada de balas

SHUTTERSTOCK



SHUTTERSTOCK

Peter e eu somos muito despachados e muito executivos, começamos imediatamente”, contou Giovanni. Buscaram apoio jurídico e chamaram Nataliya Gumenyuk, uma repórter ucraniana especializada em conflitos, para começar a contatar jornalistas em toda a Ucrânia – Oslavska inclusive. Jornalistas recrutados pelo projeto, batizado de Reckoning Project, passariam a colher o depoimento de testemunhas de crimes de guerra russos, o Kremlin e Vladimir Putin à Justiça ucraniana e ao Tribunal

de Haia. Relatos obtidos nesse processo serviriam de base para reportagens, *podcasts* e vídeos em meios como *Time*, *Vanity Fair*, *The Guardian* e *Foreign Policy*. “Tem gente que acha que o jornalista deve dar a informação e sair de cena – e que, se depois disso um advogado quiser essa informação, que se vire por conta própria”, disse Pomerantsev. “Já nós somos uma iniciativa coordenada de jornalistas que podem juntar evidências e entregar essa informação à Justiça.”

Oslavska aceitou de imediato o convite. “O Reckoning Project foi

uma tábua de salvação para mim”, disse. Durante três dias, Oslavska e cerca de 20 outros jornalistas-investigadores fizeram sessões de treinamento no salão envidraçado de um hotel no centro de Kiev com a liderança do projeto, incluindo Giovanni e Pomerantsev. Teve um intensivão sobre direito internacional humanitário, além de orientações sobre como colher depoimentos que possam ser usados em juízo. Pelo método, um jornalista teria de fazer entrevistas que duravam horas, dias até. “Não somos uma agência de notícias, portanto não precisa-

mos fazer tudo em dez minutos”, disse Giovanni. A certa altura, o alarme dos celulares de todos disparou, alertando para um ataque aéreo. O grupo continuou o treinamento em outro espaço, um almoxarifado sem janelas.

Depois disso, ficou por conta de cada jornalista-investigador decidir para onde ir. Oslavska percorreu vários vilarejos, incluindo Yahidne, ao norte de Kiev, que fora ocupada por forças russas uma semana após iniciada a invasão. Lá, mais de 360 pessoas foram mantidas no porão de uma escola. Pelo menos dez teriam

Para respeitar normas de depoimento em juízo era preciso ter o cuidado de não fazer perguntas que induzissem a determinadas respostas. “Queremos ouvir o que aconteceu”

morrido por falta de oxigênio e de cuidados médicos durante o cativeiro. Acredita-se que soldados russos tenham assassinado 17 pessoas. Oslavska e um cinegrafista colheram o máximo de detalhes que puderam: as dimensões do espaço onde os reféns ficaram, a sensação do ar, de que era feito o piso, os móveis na sala, indicações e marcas deixadas nas paredes.

Algo difícil nas entrevistas era a descrição dos soldados, contou. “Os russos estão sempre de balaclava”, explicou Oslavska, completando: “E sem distintivos nos uniformes”. Para respeitar normas de depoimento em juízo era preciso ter o cuidado de não fazer perguntas que induzissem a determinadas respostas. “Queremos ouvir o que aconteceu”, explicou Giovanni. “E não colocar palavras na boca das pessoas.”

Outro cuidado que o jornalista-investigador deve ter é o de não revitimizar o entrevistado. Se uma pessoa está tendo dificuldade para relatar algo devido ao trauma, Oslavska não insiste; declarações de vítimas traumatizadas não podem ser usadas em juízo. O risco de revitimização existe também no caso dos próprios jornalistas. “É preciso perceber quando se está cansado e sobrecarregado com os relatos. Se você faz cinco entrevistas em um dia, faz quatro no dia seguinte e assim por diante”, explicou Oslavska. Caso contrário, “você entra em colapso e passa a agir de um jeito que não

é bom para você e nem para a pessoa a sua frente. É perigoso”, disse. Em Yahidne, lembra, tinha colega que nem sempre queria parar para comer. Nessas horas, Oslavska tinha de insistir para que fizessem uma pausa, nem que fosse para tomar um café e comer uma barrinha de Snickers.

Desde a primeira visita de Oslavska a Yahidne, a Justiça na Ucrânia já identificou cerca de 20 soldados envolvidos na ocupação. Quatro deles foram julgados *in absentia* por um tribunal ucraniano e receberam sentenças de 10 a 12 anos de prisão. A possibilidade de que venham a cumprir a pena na Ucrânia, no entanto, é remota. E, embora o Tribunal Penal Internacional em Haia tenha emitido mandados de prisão para Putin e Maria Alekseyevna Lvova-Belova, comissária dos direitos da criança da Rússia, dificilmente os dois serão levados a juízo. Mas o Reckoning Project mantém o otimismo. “Acreditamos seriamente que levaremos criminosos de guerra a julgamento”, disse Giovanni. “Estamos explorando várias formas de buscar a Justiça.”

“Para ser sincera, tento não pensar sobre a probabilidade de que tudo isso dê resultados”, disse. “Eu me concentro no trabalho a ser feito e em permanecer viva para ver isso chegar à Justiça.” A missão do projeto dá um sentido de propósito a Oslavska: “É uma maneira de continuar fazendo jornalismo, mas buscando outra forma de mudança”. ■

7º Seminário Internacional de Jornalismo ESPM-Columbia Journalism School de 2023 discute cobertura política, desinformação e inteligência artificial

por EDSON CAPOANO

MARIA ELISABETE ANTONIOLI

RICARDO GANDOUR

REPRESENTANTES DA ESCOLA DE JORNALISMO da Universidade de Columbia, representantes da ESPM e convidados estiveram no 7º Seminário Internacional de Jornalismo ESPM-Columbia Journalism School, realizado em outubro, para discutir questões relacionadas à cobertura política, à desinformação e à inteligência artificial.

Após as boas-vindas do presidente da ESPM, Dalton Pastore, e da mestre de cerimônias, professora Claudia Bredarioli, o seminário foi oficialmente aberto pelo professor José Roberto Whitaker Penteadó, ex-presidente da ESPM e editor da *Revista de Jornalismo ESPM*, edição em parceria com a universidade americana. “Esse tema é apaixonante”, disse, ao dar as boas-vindas aos estudantes. “Vocês são a razão de ser da escola e das nossas atividades”, lembrou, citando seu livro *Cartas a um jovem indeciso*. Penteadó lembrou o escritor Monteiro Lobato (seu objeto de pesquisa acadêmica) e Roberto Civita (1936-2013, presidente da Editora Abril), “o maior responsável pela existência do curso de Jornalismo na ESPM e de nossas relações com a Columbia”. Também frisou três aspectos: a liberdade de expressão (“ou existe ou não existe, sem meios-termos”), as polêmicas em torno da inteligência artificial (“nossa matéria-prima é a palavra, e isso é tudo”) e a importância da realização do encontro: “que todos saíamos daqui enriquecidos”. As palavras de encerramento foram da coordenadora do curso de Jornalismo, professora Maria Elisabete Antonioli.

Dalton Pastore, atual presidente da ESPM

José Roberto Whitaker Penteadó, ex-presidente da ESPM e editor da *Revista de Jornalismo ESPM*

Elena Cabral, professora, pesquisadora e pró-reitora de assuntos acadêmicos para a América Latina da Columbia Journalism School



Campus da ESPM facilita integração e encontros, diz pró-reitora da Columbia University

Primeira mesa do 7º Seminário Internacional ESPM-Columbia Journalism School reuniu Elena Cabral e Kyle Pope, da Columbia, e a jornalista Patricia Campos Mello, da *Folha de S.Paulo*, com mediação do jornalista e professor da ESPM Ricardo Gandour

Um campus que estimula as pessoas a trabalhar juntas e colaborar entre si. Foi com esse encantamento que a professora, pesquisadora e pró-reitora de assuntos acadêmicos para a América Latina da Columbia Journalism School, Elena Cabral, abriu a sua fala na mesa “Desinformação e Cobertura Política”, no 7º Seminário Internacional de Jornalismo, realizado presencialmente dia 4 de outubro na ESPM-São Paulo. Foi a primeira visita dela a São Paulo e a segunda ao Brasil após a primeira viagem há cerca de 20 anos.

Ao falar da importância dos encontros entre os alunos, Elena lembrou seus tempos de estudante. “Cheguei à escola querendo salvar o planeta”, disse. Ela ainda destacou o olhar atento da escola de jornalismo de Columbia em relação ao Brasil, onde cumpriu uma intensa agenda de sessões informativas, em São Paulo e no Rio de Janeiro, sobre programas de pós-graduação e bolsas de estudo.

A jornalista Patricia Campos Mello, repórter especial da *Folha de S.Paulo*, citou o desafio do “excesso de informações circulando”. “Isto torna tudo

mais difícil”, afirmou. Nesse sentido, para Patricia, o repórter tem que se treinar para “mais ouvir do que falar”. “Mas é o melhor emprego do mundo; é um privilégio conhecer tantas pessoas, mas temos que lembrar que ouvir e entender é o fundamental.”

Para Patricia, uma das missões do jornalismo é “conseguir responsabilizar os governos pelo que eles fazem”. “Tivemos muitas dificuldades na gestão federal anterior, principalmente no que diz respeito à lei de acesso à informação. Agora melhorou, mas devemos continuar sempre cobrando e responsabilizando.” Ela ilustrou sua fala com as dificuldades que teve, ao lado do repórter fotográfico Lalo de Almeida, na grande reportagem “Um mundo de muros”. Após viagens pelo mundo, se deparou com “muros socioeconômicos”, como o da divisa da Vila Esperança, em Cubatão (SP), com a rodovia dos Imigrantes. “Cerca de 30 mil pessoas sem saneamento básico e dominadas por uma facção criminosa, e com aquele muro. A gente só pensava em muros pelo mundo, e havia um tão próximo de nós.”

O jornalista Kyle Pope, editor-chefe da revista *Columbia Journalism Review*, lembrou de quando iniciou no periódico *The Wall Street Journal*, jornal especializado em economia e finanças com sede em Nova York. “Fiquei um mês em treinamento e cursos intensivos, antes de escrever uma linha sequer. Hoje, com o enxugamento das redações, isso não mais acontece. Ouço muitos repórteres dizendo que seus textos foram publicados sem um mínimo de edição.” Pope, que participou desde Nova York por videoconferência, está assumindo um novo desafio, após sete anos na revista da Columbia: vai se juntar ao projeto *Covering Climate Now*, que ajudou a fundar há quatro anos e que tem o objetivo de estimular as redações a melhor cobrir as questões das mudanças climáticas. “Estou convencido de que todos seremos repórteres do clima, em alguma medida”, disse. “Nunca foi tão importante ser jornalista. Temos uma missão a cumprir pela democracia”, completou.

Elena Cabral complementou sua fala dirigindo-se aos estudantes: “Nós nos acostumamos a ser ‘autopsia’,

falando tudo depois. Precisamos ser mais ‘diagnóstico’, alertar o público antes de a tragédia acontecer. Este é o momento em que a desinformação é o nosso maior desafio, especialmente nos jornalismo locais, que estão sofrendo muito, e isso é muito triste”.

Ao responder a uma pergunta de um aluno do oitavo semestre, sobre a preparação das escolas de jornalismo para esse novo mundo, Elena Cabral salientou a importância da pesquisa em paralelo às atividades de ensino. Kyle Pope completou: “O momento

nunca foi tão importante para o jornalismo”. E Patricia Campos Mello: “No ano que vem teremos uma chuva de pautas na campanha eleitoral municipal, e precisamos ficar atentos aos efeitos da inteligência artificial na fabricação de notícias falsas”.

Abertura do seminário pelo professor José Roberto Whitaker Penteado, ex-presidente da ESPM e editor da *Revista de Jornalismo ESPM*, edição brasileira da *Columbia Journalism Review*

Sejam bem-vindos senhoras e senhores participantes no 7º Seminário Internacional de Jornalismo realizado entre a Universidade Columbia e a ESPM. Quero abrir os trabalhos fazendo uma homenagem muito necessária e merecida e mais três recomendações sobre os temas que serão tratados em seguida.

A homenagem é a Roberto Civita, que, infelizmente, não se encontra mais entre nós, mas como conselheiro da ESPM e ex-aluno da Columbia deu o primeiro passo, há cerca de 15 anos, para que tivéssemos na nossa Escola de Comunicação um curso de Jornalismo. Assim aproveite para cumprimentar nossos visitantes de Nova York, que representam a melhor escola de jornalismo em todo o mundo, como também nosso presidente Dalton Pastore, os membros da diretoria e todos os competentes debatedores que lamento não poder citar um por um.

Sobre os temas que serão tratados, quero fazer observações bem rápidas, mais que corresponsável pela presença de nossa escola no mundo do jornalismo não poderia deixar de fazer.

1. A sagrada liberdade de expressão em toda sociedade democrática. Apesar das aparências,

não existe meia liberdade de expressão ou 10% ou 20% de liberdade. Ou é ela total ou não existe.

2. A inteligência artificial. Como jornalista e professor, minha matéria-prima são as palavras e assim que ouvi pela primeira vez as palavras “inteligência artificial” perguntei:

Qual é o contrário de inteligência artificial? Talvez eu seja um dos primeiros a propor esta nova denominação: “burrice natural”. Mas eu não defendo a inteligência artificial; tenho medo dela, porque é filha dos ameaçadores algoritmos que podem comprometer uma boa parte do atual mercado de trabalho para nós que usamos as palavras como meio de trabalho.

Finalmente:

3. O terceiro item dessas minhas prévias palavras é um sentimento. A esperança de que a reunião e tudo aquilo que acontecerá daqui para a frente sejam capazes de produzir pelo menos uma boa parte das respostas a essas importantes questões.

Muito obrigado.

O futuro do jornalismo diante da inteligência artificial: a formação acadêmica e a atuação no mercado

Segunda mesa do 7º Seminário Internacional ESPM-Columbia Journalism School reuniu Aline Sordili, assessora-executiva da vice-presidência de jornalismo da Rede Record, e Antonio Rocha Filho, jornalista e professor do curso de Jornalismo da ESPM-SP, com mediação do jornalista e também professor da escola Edson Capoano

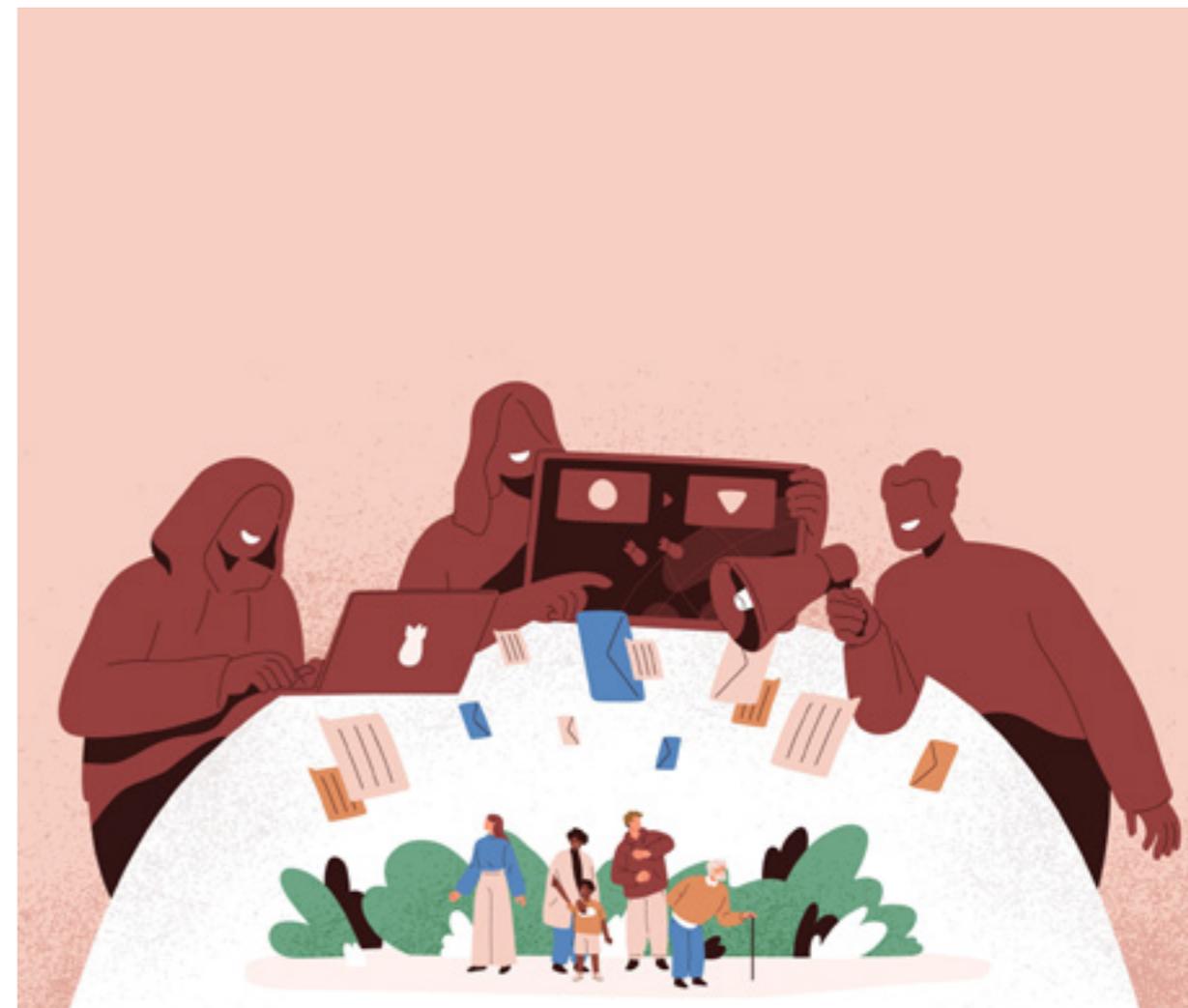
A discussão entre os participantes dessa mesa sublinhou a importância de adotar a tecnologia emergente com entusiasmo, mas com cautela. Aline Sordili, que também é consultora de empresas, professora e palestrante, abriu o debate, ao abordar a crescente relevância da inteligência artificial nas empresas de comunicação. Ao utilizar o ChatGPT como maior exemplo, sublinhou a presença constante desse tema na mídia brasileira nos últimos meses. A executiva ressaltou a rápida adoção dessa tecnologia no país, enfatizando a necessidade de incorporar a inteligência artificial (IA) como uma ferramenta na produção jornalística. Contudo, alertou sobre os perigos da dependência por ferramentas digitais como essa, destacando a responsabilidade dos jornalistas na filtragem de informações na garantia de qualidade e de ética no conteúdo.

Já o professor Antonio Rocha Filho, que tem vasta experiência em veículos impressos, trouxe uma perspectiva prática, destacando aplicações da IA em redações, como elaboração de *newsletters* e transcrição de entrevistas. No entanto, não hesitou em discutir as limitações da tecnologia, como dados desatualizados na base de dados do ChatGPT e o risco de plágio, em caso de entrega da produção jornalística à IA. Para evitar erros passados, Rocha Filho ainda ressaltou preocupações com o viés da produção noticiosa artificial, a privacidade dos dados e a integração responsável da IA no jornalismo.

Outros desafios atuais também foram abordados pelos palestrantes, como a necessidade de treinamento de jornalistas em IA e a manutenção da qualidade do texto em português, sem terceirização à tecno-

logia. No entanto, a ética no uso da IA no jornalismo voltou a ser o eixo central ao longo da discussão, com ênfase na transparência em quem utiliza e publica com ajuda da tecnologia e na importância de manter um olhar humano na seleção e edição de conteúdo. Finalmente, a questão da audiência e a competição com comunicadores digitais nas redes sociais foram abordadas, destacando a necessidade de o jornalismo responsável utilizar ferramentas tecnológicas, sem comprometer a integridade do trabalho.

Na etapa das perguntas do público, surgiu a preocupação sobre como a IA nos grandes veículos pode afetar a distribuição desigual de informações no Brasil. Os debatedores da mesa abordaram então o viés na IA no tema e como evitá-lo, através da importância de se questionarem



a origem das informações providas do ChatPGT e a necessidade de representatividade nos utilizadores da tecnologia nas redações. O desafio de evitar a padronização na produção de conteúdo também foi destacado por Sordili e Rocha Filho, assim como o impacto das *fake news* geradas por IA, especialmente *deep fakes* audiovisuais, e a consequente necessidade de resposta rápida e treina-

mento de jornalistas para combater tal fenômeno.

Na última rodada de intervenções do público na mesa dois, houve menções se a volta de um jornalismo menos digital seria benéfico ao campo. Da plateia, o jornalista e professor Ricardo Gandour aproveitou o gancho e enfatizou a importância do processo editorial nas redações para o amadurecimento dos profissionais. Já o jorna-

lista Mauro Tagliaferri, do R7, lembrou a relevância do fator humano para o jornalismo, quando se debruça em comunicar às audiências massivas. Finalmente, o ex-presidente da ESPM e atual editor da *Revista de Jornalismo ESPM*, José Roberto Whitaker Pentado, questionou se a isenção jornalística é de fato o maior tema do campo, em comparação à importância do propósito do jornalismo. ■

ESPM divulga pesquisa realizada em parceria com Instituto Poynter sobre desinformação entre pessoas com mais de 60 anos

por MARIA ELISABETE ANTONIOLI

A ESPM E O INSTITUTO POYNTER firmaram uma parceria para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre desinformação nas redes sociais entre pessoas com mais de 60 anos. A pesquisa foi realizada por duas professoras do curso de Jornalismo e um professor do curso de Administração¹ e os resultados foram publicados na revista *Comunicação, Mídia e Consumo*².

O principal objetivo do estudo foi verificar se pessoas com mais de 60 anos alcançariam melhores condições para lidar com a desinformação compartilhada nas redes sociais, após realizarem um curso por WhatsApp em dez dias, oferecido pelo Projeto Comprova. No curso, a jornalista Lillian Witte Fibe e o jornalista Boris Casoy foram os mediadores e os participantes receberam lições diárias por WhatsApp com orientações para detectar conteúdos enganosos que circulam pela web nas redes sociais ou por aplicativos de mensagens.

Participaram 347 pessoas com mais de 60 anos e a empresa de coleta e soluções em pesquisa AB Evne, sediada em São Paulo, foi escolhida para aplicar dois instrumentos de coleta em dois estágios: antes e após a finalização do curso. O estudo foi realizado em 18 capitais e no Distrito Federal. A quantidade de habitantes por localidade foi obtida por meio de projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2020. Já o percentual da população com mais de 60 anos em cada localidade foi obtido por meio dos percentuais divulgados pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Entre os 347 participantes, 54% eram do sexo feminino. Em relação ao grupo étnico: 8% negros, 38% pardos, 52% brancos e asiáticos e indígenas, 1% cada um. As faixas de renda adotadas para a estratificação da população 60+, adaptadas da metodologia utilizada pelo Centro de Políticas Sociais da FGV Social foram: classe E, até um salário mínimo; classe D, de um até dois salários mínimos; classe C, de dois salários mínimos até o teto vigente do INSS; e classe AB, mais do que o teto vigente do INSS. Assim, os percentuais para as diferentes faixas de renda foram, conforme a renda familiar mensal: classe E, 3%; classe D, 12%; classe C, 63%; e classe AB, 22%.

Como o acesso à informação requer que haja alguma escolaridade, idosos não alfabetizados não fizeram parte do corpus de análise da pesquisa. Os

percentuais para as diferentes escolaridades foram: Educação: ensino fundamental – séries iniciais, do 1º ao 5º ano –, 3%; ensino fundamental – séries finais, do 6º ao 9º ano –, 14%; ensino médio, 44%; ensino superior incompleto, 9%; ensino superior completo, 24%; e pós-graduação, 5%.

Os participantes indicaram com que frequência eles se conectam à internet de qualquer local (em casa, no trabalho, em trânsito ou em qualquer outro lugar). Como resultado, 236 dos 347 participantes (68%) disseram utilizar “sempre” a internet. Já 175 dos 347 participantes (50%) responderam que ficavam ativamente, em média, mais de duas horas navegando em mídias sociais, como Facebook, Twitter ou Instagram.

Os participantes foram expostos a três notícias verdadeiras e a três notí-

cias falsas, embaralhadas aleatoriamente, antes e após a conclusão do curso. Antes do curso, 50% dos respondentes avaliaram corretamente se a notícia era verdadeira ou falsa, enquanto 20% não sabiam avaliá-las e 30% fizeram avaliações erradas.

Já após a realização do curso, o percentual de avaliação correta aumentou 15 pontos percentuais, indicando um aumento significativo da habilidade de identificar a natureza da informação, pois o sucesso em determinar a natureza da informação foi obtido por 65% dos respondentes, 17% não souberam avaliá-la e 18% erraram suas avaliações.

Ao final, os pesquisadores da ESPM demonstraram que o curso de dez dias oferecido pelo Projeto Comprova desenvolveu a literacia em mídias digitais em idosos. ■



Os jornais brasileiros do século XIX

Um pouco da história do jornalismo no país

por GERALDO ALONSO FILHO

RECENTEMENTE LANCEI O E-BOOK *Publicidade Brasileira (1808-1919) – Os primeiros 110 anos**. Por conta da pesquisa realizada, pois os anúncios eram publicados nos periódicos, escrevi, mesmo que sucintamente, sobre os jornais “brasileiros”. Neste artigo, consta apenas um apanhado das 190 páginas do livro. Optamos por uma apertada síntese cronológica, concentrada no Rio de Janeiro, visto que, apesar de tardia, a imprensa brasileira produziu mais de uma centena de publicações até o fim do século XIX.

Por mais de 300 anos, por ordem de Portugal, não era permitido aos brasileiros imprimir o que quer que fosse. Não havia tipografia e as notícias chegavam de fora. A agência francesa Havas, que viria a se transformar em agência de publicidade, tinha o monopólio da transmissão das notícias para a América Latina. Conforme publica a *Gazette Nationale*, de Paris, em 6 de fevereiro de 1807, depois de uma intrigada mas bem-sucedida campanha de contrainformação, Portugal consegue adiar a invasão napoleônica iminente, informando, por vias diplomáticas, sua decisão de fechamento dos portos à Inglaterra. Dizia a nota:

24 de dezembro de 1807

A notícia do decreto imperial que fecha aos ingleses a metade dos portos da Europa causou aqui grande impacto. Várias “casas inglesas” estabelecidas em Lisboa tiveram perdas consideráveis, pelo efeito das agitações que ocorreram em Hamburgo. Todas as expedições que deveriam ser feitas e que estavam prontas para partir de Lisboa foram imediatamente suspensas, e os seguros subiram a altos preços. Espera-se com extrema impaciência a notícia do efeito que esta medida produzirá em Londres.

*Disponível em: <https://www.espm.br/cursos-de-graduacao/relacionamento-com-colegios-e-cursinhos/>



Fundado em 1808, o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro do país

A agência francesa Havas tinha o monopólio da transmissão das notícias para a América Latina

A notícia falsa era o resultado de uma negociação entre Lisboa e Londres, para que os ingleses protegessem a Família Real portuguesa na fuga para os trópicos. E assim foi feito. Cerca de 40 naus e 15 mil pessoas embarcaram. Não eram indivíduos isolados, mas todo o Estado português que mudava às pressas de endereço com suas repartições, secretarias, tribunais, arquivos e funcionários.

Instalado no Rio, em 13 de maio de 1808, D. João cria a Imprensa Régia e o primeiro jornal do país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, aos moldes da *Gazeta de Lisboa*. O jornal era fundamental para a divulgação dos atos do governo e também pelas necessidades de produção de documentação impressa, inerente à burocracia administrativa recentemente importada.

Em 14 de maio de 1811, é lançado em Salvador o segundo periódico publicado no Brasil, o jornal *Idade d'Ouro do Brazil*. A diferença entre os dois jornais estava no fato de a publicação carioca ser do Estado, enquanto o jornal baiano ser publicado por uma empresa privada “com permissão do governo” e impresso na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva.

A importação dos equipamentos para a montagem de tipografias fez com que explodisse o novo negócio nas principais capitais da colônia. A maioria desses investimentos foi feita com aplicações particulares, sem apoio da Coroa.

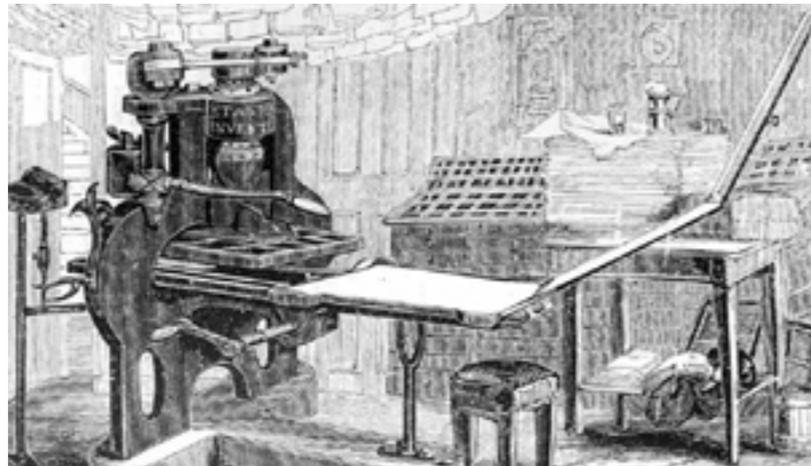
As tipografias, além do local de produção gráfica dos jornais, produziam panfletos e cartazes, materiais simples e eram espaço de encontro entre redatores, intelectuais e políticos.

O *Patriota* (RJ) foi o terceiro periódico lançado em 1813 e encerrado em 1814. Apesar de sua curta duração,

teve muitas conquistas, sendo o primeiro a publicar ilustrações e a tratar de temas agrícolas e científicos.

Em 1815, o Brasil deixava de ser colônia, sendo elevado à categoria de reino com a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, com capital no Rio de Janeiro. A abertura dos portos e a proibição de impressão sendo retirada geraram uma febre de importação de equipamentos gráficos, gerando novos negócios no país. Tipografias foram instaladas no Rio, Salvador, Recife, Belém São Luís e Ouro Preto. Em 1816, surge o *Almanach do Rio de Janeiro*, inspirado na moda dos almanaques, financiado pela Coroa portuguesa. A partir de 1821, ano da viagem de D. João de regresso para assumir o reino em Portugal, o Brasil tinha 21 jornais. Conceitualmente eles se dividiam entre aqueles que defendiam a permanência do domínio português e aqueles que pregavam a independência. Refletiam posições pessoais e por isso eram insustentáveis. Mas logo surgiam outros lançamentos. São eles *Alagoas Livre* (1817), *Malagueta* (1821) e ainda dois jornais de Salvador lançados em 1821, o *Semanário Cívico* e o *Diário Constitucional*.

No ano da independência, em 1822, cerca de onze novos periódicos foram acrescentados à lista de jornais, mas de duração efêmera, devido aos custos envolvidos e à pouca distribuição, face ao analfabetismo predominante. Os jornalistas eram em geral portugueses e o Rio, o centro do Império, onde as coisas aconteciam. Um deles, o *Correio do Rio de Janeiro*, na sua primeira fase, de 10 de abril de 1822 até outubro de 1822, foi dos primeiros jornais diários publicados no Brasil. Como quase todos os jornais da época, tinha quatro páginas. Dois



O *Patriota* (RJ) foi o terceiro periódico lançado em 1813 e encerrado em 1814. Apesar de sua curta duração, teve muitas conquistas, sendo o primeiro a publicar ilustrações e a tratar de temas agrícolas e científicos

deles eram governamentais: *Diário do Governo* e *O Espelho*.

A regularidade das publicações não era o forte dos periódicos. *Malagueta*, por exemplo, lançado em 1821, teve três fases, indo até 1832, publicando somente 36 edições. Após a independência, surge um periódico de pequeno formato, *O Tamoyo*, que fazia oposição ao governo, mas defendia o imperador. Os jornais, muitos deles, eram caracterizados pelos seus proprietários e eram chamados com seu nome agregado como aposto, como o *Sentinella*, de Cipriano Barata, por exemplo.

Com a vitória dos Bourbon e a consequente derrota de Napoleão, chegou ao Rio o aristocrata impressor Pierre-René-François Plancher de la Noé. Junto com ele chegaram ao Rio uma tipografia completa e um impressor suficientes para lançar ainda em 1824 *O Spectador Brasileiro*, que defendia D. Pedro. Protegido por ele, lançou *O Jornal do Commercio* em outu-

bro de 1827, trazendo em seu nome o objetivo comercial. Sua noção de marketing fez com que o *Jornal do Commercio* fosse a publicação mais importante e mais influente durante boa parte do século XIX, com seus 900 assinantes.

Os jornais tinham anúncios, muitos gratuitos e os pagos não eram o suficiente para mantê-los. Os desejos e ambições políticas os mantinham. A comercialização dos negros era uma constante no *Jornal do Commercio*, que defendia a escravidão, mas lucrava com ela. Aos interessados no tema sugiro a leitura do livro de Gilberto Freire, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*.

Com a queda do rei Carlos X em 1830, Plancher volta à França e oferece seus ativos, compostos do jornal, tipografia e livraria, a seu empregado, o jovem Hercule Florence, que recusa a oferta para acompanhar como desenhista a famosa excursão do russo Barão de Langsdorff. Florence tem

uma vida de brilhantes invenções no Brasil, incluindo a pulvografia e o papel inimitável, antecessor do papel de segurança.

Plancher vendeu o jornal para Villeneuve, que foi enfrentado pelos jovens Edouard e Henry Laemmert com o *Le Messager*, marcando uma fase importante da presença dos franceses no periodismo brasileiro. Os Laemmerts vieram a se afirmar como importantes livreiros e editores dos famosos *Almanach Laemmert*.

Em 1838, é lançado o *Despertador*, *Diário Commercial*, *Político*, *Scientífico* e *Literário*, constituído por uma sociedade por ações, novidade da imprensa. Inimigo ferrenho do *Jornal do Commercio*, travou com ele uma guerra capaz de acabar com seus recursos e encerrar suas atividades em 1841.

Em 1840, depois de nove anos de período regencial, o Senado aprova a lei que antecipava a maioria do jovem de 15 anos, nomeando-o Imperador D. Pedro II. É o *Jornal do Commercio* que publica na edição de 20 de julho de 1841, na primeira página, a ilustração do novo imperador e o Largo do Paço, onde hoje é a Praça XV.

O *Jornal do Commercio*, chamado simplesmente de *O Jornal*, foi tão importante no Rio que, quando Rodolpho Dantas, em 1891, quis lançar um jornal para com ele competir, nominou-o simplesmente de *Jornal do Brasil*.

A ilustração passa a ser um diferencial a ser agregado ao nome do jornal: *O Brasil Ilustrado* (1855-1856) e a *Semana Illustrada* (1860-1875) são exemplos da nova tecnologia gráfica. A *Semana Illustrada* foi concebida pelo alemão Henrique Fleiuss, desenhista de mão cheia, e seu irmão



O *Jornal do Commercio*, chamado simplesmente de *O Jornal*, foi a publicação mais importante e mais influente de boa parte do século XIX



A imprensa brasileira no período anterior à República é plural, divergente e, sobretudo, livre

Carlos Fleiuss, litógrafo experiente. Curiosamente é um alemão, e não um francês, que utiliza a litografia para as atividades editoriais. Em seus 15 anos de vida, são inúmeros os exemplos dos anúncios ilustrados publicados no livro.

Os jornais se sucedem: *Diabo Coxo* (1864-1865), *A Pacotilha* (1866), *O Arlequim* (1867), *A Vida Fluminense* (1868-1875), *Bat-Ta-Clan* (1867-1871), *O Mosquito* (1867-1877), *PSIT!!* (1877), *O Besouro* (1878-1879), *Mephistópholes* (1874-1875), *Revista Illustrada* (1876-1898), *O Mequetrefe* (1875-1892), *O Figaro* (1881-1882), *O Binóculo* (1881-1882) e *A Província de São Paulo* (1875-1889), que muda de nome para o *O Estado de S. Paulo* em 1889, assim que é instalada a República.

Nesse período, Machado de Assis, José de Alencar, Joaquim Nabuco e Castro Alves, além dos caricaturistas Ângelo Agostini, Cândido Faria e Bordallo Pinheiro, marcaram presença nas páginas dos jornais.

Em síntese, a imprensa brasileira no período anterior à República é, do ponto de vista de conteúdo, plural, divergente, pró ou contra o domínio português, pró ou contra o Império, idem com relação à escravidão. Inocente na medida em que acreditava que os jornais de quatro páginas eram capazes de mudar o cenário, pouco científica, quase nada artística. Absolutismos, liberalismos, positivismos, jacobinismos, socialismos, capitalismo – utópicos ou pragmáticos, libertários ou represores. Mas sobretudo livre, particularmente durante o Segundo Império, graças à figura liberal de D. Pedro II. Inegavelmente graças a ela, progredimos como meio de reflexão e debate. ■

Você sabe com quem está falando?

por JOMAR PEREIRA DA SILVA ROSCOE

UM GRANDE DESAFIO para quem trabalha com comunicação é identificar corretamente como atingir o público-alvo, devido às múltiplas alternativas de mídia em funcionamento. Agora, por exemplo, tenho que fazer um texto tão sedutor que leve o leitor até o fim deste artigo. Quando recebo esta revista da ESPM, reconheço um conteúdo tão solene e de elevado nível acadêmico que abandono minha bermuda e visto paletó e gravata. Foi o que fiz quando li o consistente artigo do empresário A.G. Sulzberger, *chairman* do *The New York Times*, também *publisher* do jornal, que faz veemente defesa do jornalismo responsável e independente. Lembro de ter visitado profissionalmente o *Times*, em Nova York, em 1967, época em que trabalhava no departamento de publicidade do *Jornal do Brasil*, e procurei obter, com a visita, informações que pudessem ser úteis ao meu desempenho como publicitário.

Foi tão impactante aquele momento que poucos anos depois, em 1969, quando Neil Armstrong, na Apollo 11, pisou na Lua, eu também cheguei à lua, pois conquistei para a Repreanaes, uma empresa de representação comercial de veículos de comunicação, liderada por Voltaire Leuenroth, a conta publicitária do *The New York Times*. O fato teve grande repercussão no meio editorial, que logo em seguida conquistamos a conta do *Times* de Londres.



Essas conquistas exigiram da empresa criar estrutura internacional específica, possibilitando um relacionamento profissional proveitoso. Com frequência recebíamos visita de contatos do *The New York Times*, que visavam oferecer matérias editoriais pagas às empresas e governos do Brasil, com relativo sucesso. Cheguei a visitar governadores e grandes empresários, acompanhado do publicitário Bill Herland, do *Times*. Conto essa experiência para ilustrar os cuidados éticos que eram rigorosamente respeitados em relação aos conteúdos editoriais, sempre verdadeiros.

Atualmente as *fake news* poluíram o ambiente editorial, disseminadas pelas redes sociais, enfraquecendo a credibilidade da mídia de modo geral. Esse ambiente reforça a importância de os jornais investirem no jornalismo de qualidade, contando com profissionais sérios e competentes.

Voltando ao tema proposto no início deste artigo, a busca por audiência passou a ser desafiadora, exigindo de jornalistas e influenciadores recorrerem também às redes, como Instagram, Facebook, TikTok, Twitter e outros. Exemplo de publicitários consagrados recorrem às redes visando maior cobertura, como faz Washington Olivetto, que publica artigos a cada 15 dias no *O Globo* e, poucas horas depois, republica o mesmo texto no seu site, além de dar informações diversas, como endereços de sorve-

terias, restaurantes, livros e shows.

Atuação semelhante tem Nizan Guanaes, que publica notícias diversas ao longo do dia, postando fotos da família, conquistas de clientes, agenda de suas palestras, performances em maratonas e por aí vai. Outro consagrado publicitário, Marcelo Serpa, além de notícias e fotos de família, divulga muito sobre seus quadros e surfe, seu esporte favorito. Esses casos são emblemáticos, pois alcançam muitos seguidores, concorrem com outros destacados influenciadores, artistas, modelos e esportistas.

Quando editava a coluna Panorama Publicitário, aos domingos, no *O Globo*, tinha sempre o cuidado de divulgar notícias que ampliassem meu segmento de leitores. Temas como resultados de campanhas de sucesso, anúncios premiados em festivais e concursos, ranking de agências e salários da classe sempre rendiam bons retornos. Com o surgimento da inteligência artificial, os desafios dobraram. Este artigo que lhes apresento agora poderia perfeitamente ser redigido por um robô.

E provavelmente poderia ainda ser melhor. ■

JOMAR PEREIRA DA SILVA ROSCOE é jornalista e publicitário, ex-presidente da Associação Brasileira de Marketing e da Associação Brasileira de Agências de Propaganda-Rio, colaborou no *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Última Hora*, *Correio da Manhã*, *TV Cultura*, *Rádio CBN*.



SHUTTERSTOCK

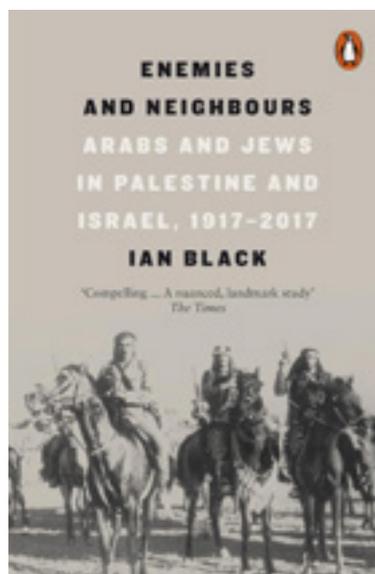
Para entender a questão Israel X Palestina

AS DISPUTAS ENTRE JUDEUS E PALESTINOS já estão presentes no antigo testamento da Bíblia, onde os povos são chamados de “israelitas” e “filisteus”. No livro *Juízes*, o israelita Sansão combate os filisteus com a potência inabalável que tirava dos cabelos. Em Gaza (capítulo 15) ocorre uma de suas provas de força: cercado por centenas de moradores do local, ele derruba as portas da cidade.

Eram inimigos íntimos, por assim dizer: mantinham certo relacionamento, Sansão convive com os líderes filisteus e sua mulher é uma filisteia. Mas foram filisteus que convenceram a sensual Dalila a seduzir o líder judeu, descobrir de onde tirava sua força e, depois que dormisse, cortar seu cabelo e deixá-lo frágil; em seguida, os inimigos o prendem, furam seus olhos e o levam para Gaza (ela, de novo, no capítulo 16). Cego, fingindo fraqueza, Sansão deixa os cabelos crescerem novamente e se vinga derrubando o prédio do templo onde os filisteus fazem uma festa para seu deus.

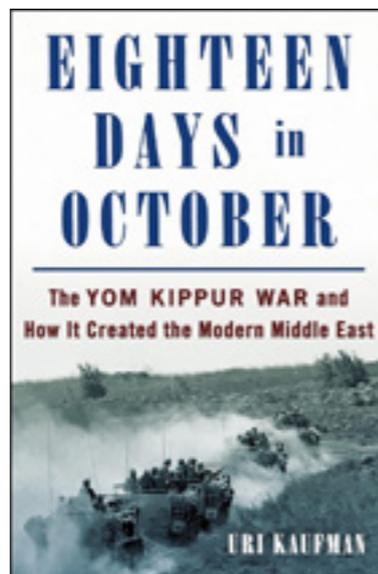
No mundo contemporâneo, são cada vez mais raros os que leem os livros antigos como fonte de informações históricas. Indico então uma safra de livros publicada recentemente com informações sobre o Oriente Médio.

Além do livro sagrado de judeus e cristãos, e que inspira também o Islã, a lista inclui onze livros indicados pelo jornal *Financial Times* após a eclosão da guerra, em outubro, e uma reportagem fotográfica publicada pelo site Iconic Photos.



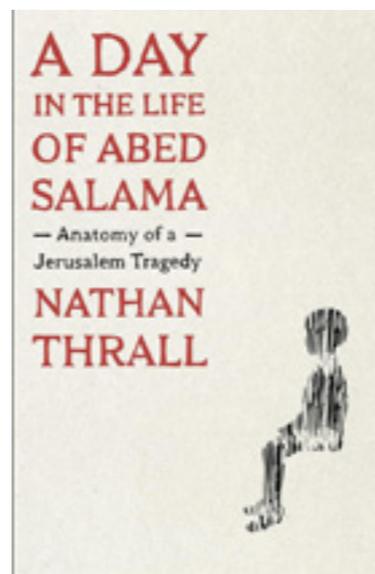
ENEMIES AND NEIGHBOURS: ARABS AND JEWS IN PALESTINE AND ISRAEL, 1917-2017
IAN BLACK (2017)

Ian Black foi correspondente do jornal britânico *Guardian* na região e faz uma história do conflito a partir da Declaração de Balfour (1917), documento do governo britânico, durante a Primeira Guerra Mundial, que propôs a criação de um Estado judeu na Palestina. Black começa o texto com uma discussão sobre as palavras que um povo usa para definir o outro: até crianças palestinas chamam o exército de Israel de “judeus”, enquanto ao longo da história do século 20 os líderes israelenses passaram a chamar os habitantes não judeus da Palestina (antes eram todas as várias etnias) como “palestinos”, como uma forma de distingui-los dos demais árabes da região.



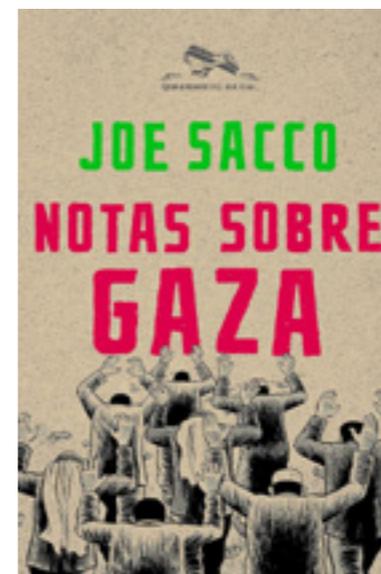
EIGHTEEN DAYS IN OCTOBER: THE YOM KIPPUR WAR AND HOW IT CREATED THE MODERN MIDDLE EAST
URI KAUFMAN (2023)

Um relato detalhado sobre cada um dos 18 dias do conflito iniciado por forças do Egito e da Síria em um feriado judaico, que surpreendeu a inteligência e a defesa de Israel como recentemente a invasão do Hamas pela fronteira de Gaza (o ataque de 2023 coincidiu com os 50 anos do anterior). Depois de quase três semanas, o exército de Israel retomou o controle e venceu a guerra. Uri Kaufman não é historiador, mas se dedicou à pesquisa por duas décadas. O livro é apontado como fundamental por diversas críticas publicadas na imprensa internacional.



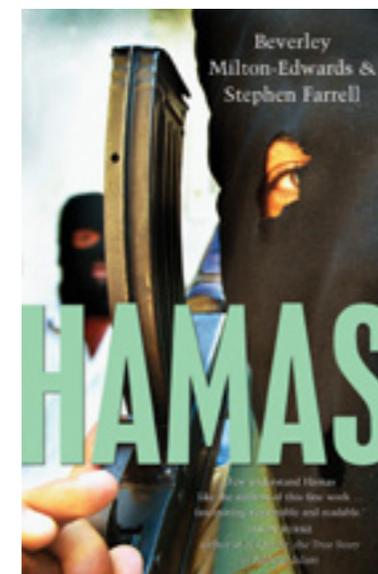
A DAY IN THE LIFE OF ABED SALAMA: A PALESTINE STORY,
NATHAN THRALL (2023)

Um retrato profundo da vida cotidiana em Israel e na Cisjordânia, organizado em torno da história de uma criança palestina e de uma viagem escolar que termina em tragédia após um acidente de trânsito. Entrelaçando as vidas comuns dos habitantes judeus e palestinos, Nathan Thrall, um escritor e jornalista israelense, consegue dar compreensão a uma das realidades mais complexas da geopolítica mundial. O livro é apontado pelo jornal *Financial Times* como um dos melhores para compreender o conflito Israel-Palestinos.



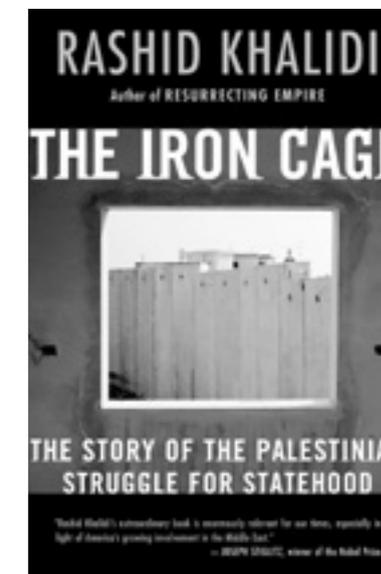
NOTAS SOBRE GAZA
JOE SACCO (2009)

Este romance em quadrinhos conta a história de um massacre israelense de 111 palestinos em Rafah em 1956 – por sua vez em resposta a ataques palestinos armados. A localidade tem aparecido no noticiário recente por ser a única porta de entrada para a Faixa de Gaza. Em 1956, ocorreu a Guerra do Suez, que Israel não venceu, mas que administrou para não perder também. Joe Sacco é conhecido por diversos livros de não ficção em desenhos sobre a Palestina, a guerra da Bósnia e os indígenas dos Estados Unidos.



HAMAS: THE ISLAMIC RESISTANCE MOVEMENT
BEVERLEY MILTON-EDWARDS
E STEPHEN FARRELL (2010)

Declarado uma ameaça terrorista, o Hamas foi eleito para governar Gaza em eleições livres, em 2007. Desde então, venceu uma guerra civil contra o Fatah (que governa a Autoridade Palestina na Cisjordânia) e estabeleceu uma ditadura na Faixa de Gaza. O livro, escrito em 2010, esclarece como o grupo religioso se tornou tão poderoso, quem o apoia, e tentou definir o seu futuro. Como seus autores, o livro se coloca entre o rigor acadêmico e a narrativa jornalística mais leve. Beverley Milton-Edwards é professora na Universidade Queens, em Belfast, autora de livros sobre o Oriente Médio e o conflito Israel-Palestinos; Stephen Farrell é correspondente estrangeiro do *New York Times* e anteriormente foi correspondente no Oriente Médio do *The Times* de Londres.



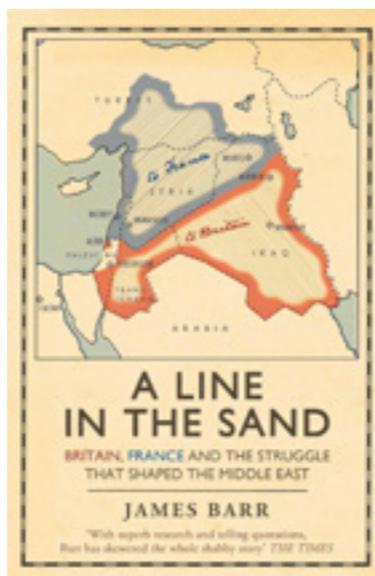
THE IRON CAGE: THE STORY OF THE PALESTINIAN STRUGGLE FOR STATEHOOD
RASHID KHALIDI (2007)

Rashid Khalidi é um historiador norte-americano de origem palestina. Ele busca explicar o fracasso palestino na luta pela formação de um Estado nacional. Narra desde a luta contra o domínio colonial turco, mais tarde o mandato britânico e o estabelecimento do Estado de Israel, até a atual rivalidade entre o Hamas e a Fatah.



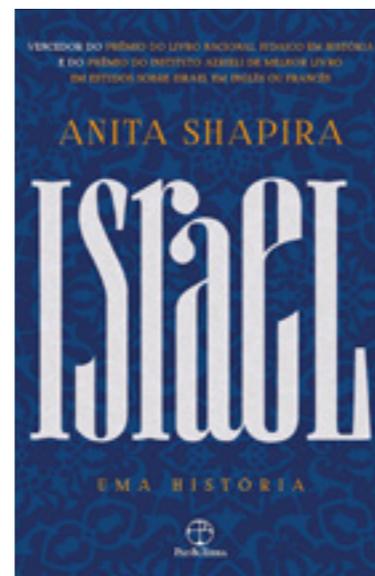
PAZ E GUERRA NO ORIENTE MÉDIO — A QUEDA DO IMPÉRIO OTOMANO E A CRIAÇÃO DO ORIENTE MÉDIO MODERNO

DAVID FROMKIN (1989)
O nome original deste livro é *A Peace to End all Peace* (Uma paz para acabar com toda a paz), uma definição irônica dos acordos que dividiram o Império Otomano ao final da Primeira Guerra Mundial. As divisões deram Estados Nacionais para diversos grupos (os muçulmanos na Síria; os cristãos no Líbano; as tribos árabes lideradas por Saud na Arábia etc.), mas deixaram de lado palestinos e curdos. David Fromkin escreveu seu livro antes do fim da chamada Guerra Fria, mas ainda é considerado uma história fundamental para quem quer entender o presente da região.



A LINE IN THE SAND: BRITAIN, FRANCE AND THE STRUGGLE THAT SHAPED THE MIDDLE EAST
JAMES BARR (2011)

Uma outra visão do mesmo momento histórico estudado por David Fromkin. Neste caso, o foco é no papel da disputa entre as diplomacias francesa e britânica naquelas negociações, cada um buscando dominar a maior parte das ex-colônias otomanas. O livro se baseia em documentos secretos liberados pelos governos dos dois países.



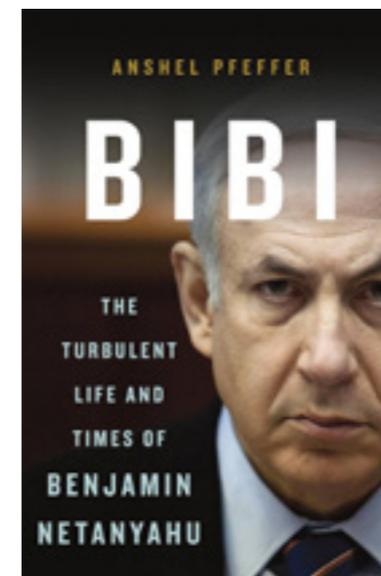
ISRAEL, UMA HISTÓRIA
ANITA SHAPIRA (2018)

A autora é uma historiadora da Universidade de Tel Aviv. Procura identificar as origens do sionismo, ideologia nacionalista judaica que propõe a criação de um Estado moderno no Oriente Médio, passa pelo relacionamento entre as diversas etnias que habitavam a Palestina sob o Império Otomano, depois sob o domínio inglês e chegada massiva de judeus europeus fugindo da perseguição na Alemanha e na Rússia. A autora procura estabelecer uma visão “360 graus” para melhor compreender a realidade do país e seus conflitos.



DE AMOR E TREVAS
AMÓS OZ (2005)

Um dos escritores de ficção mais importantes de Israel, neste livro narra suas memórias da infância no período anterior à independência e sua visão do relacionamento sempre tenso entre os povos.



BIBI: THE TURBULENT LIFE AND TIMES OF BENJAMIN NETANYAHU
ANSHEL PFEFFER (2018)

Biografia do primeiro-ministro israelense que mais tempo liderou o país em toda sua história, escrita por um influente jornalista do diário *Haaretz*. Mostra um político enredado em escândalos, que já em 2018 estava pronto para cair — e com habilidade se manteve no cargo entre idas e vindas até hoje (blindar-se da condenação por crimes é sua principal razão para querer reduzir os poderes do Judiciário, à custa da divisão do país, o que aconteceu após o lançamento deste livro). Recentemente, um ex-aliado disse ao *New York Times* que Bibi é o melhor político de Israel porque entendeu que a política do país é típica do Oriente Médio, não da Europa, como pensavam seus fundadores. “Somos um Líbano liberal, não uma França autoritária”...

RECOMENDAÇÕES



ICONIC PHOTOS: Gaza Strip
DAVID DOUGLAS DUNCAN, 1956

O site (www.iconic-photos.com) publica regularmente histórias por trás de fotografias que marcaram a história. Depois do ataque do Hamas, publicou o fac-símile dessa reportagem de David Douglas Duncan, um correspondente da *Life* e depois da *Collier's* que obteve autorização do líder egípcio Gamal Nasser para entrar em Gaza, já então um enclave tenso (a população havia dobrado com os refugiados após a guerra de 1948 e frequentemente servia de base a ações terroristas). As fotos mostram uma Gaza diferente da que se vê hoje na imprensa. A reportagem teve grande impacto na época. É interessante notar o estilo gráfico da edição, com fotos sem moldura nas páginas.

LEÃO SERVA
PARA LER E PARA VER



Brasileiro Felipe Dana ganha o Pulitzer com fotos da guerra na Ucrânia

UM TIME DE SETE FOTÓGRAFOS da Associated Press ganhou um Pulitzer coletivo por seu trabalho na cobertura da Guerra da Ucrânia. Entre eles, Felipe Dana é o terceiro brasileiro a receber o maior prêmio americano para o jornalismo – todos os três fotógrafos de guerra (antes dele foram Maurício Lima e Ueslei Marcelino).





Dana é carioca e começou a carreira como assistente de estúdio e depois passou a trabalhar em jornais, quando teve experiência de cobrir operações policiais em comunidades do Rio, experiência que ele chama de “um outro tipo de guerra” e que o credenciou para sair direto do Rio para,

desde 2009, cobrir frentes de batalha para a Associated Press.

Nessa condição, cobriu o confronto pela cidade de Mossul, no Iraque, dominada pelo Estado Islâmico, e conflitos na Faixa de Gaza, a volta do Talibã ao poder no Afeganistão e, mais recentemente, a Guerra da Ucrânia.

Antes, ele tinha sido finalista do Pulitzer por quatro vezes – em 2017, 2018, 2019 e 2021. Já recebeu também o World Press Photo, que disputa com o Pulitzer e a Medalha Robert Capa o topo dos prêmios mais prestigiados do fotojornalismo internacional.



Livro e documentário revigoram a memória de JK

JK, O REINVENTOR DO BRASIL é um projeto multimídia da TV Cultura, composto por uma série documental de quatro capítulos de 50 minutos cada um. Trata-se de uma fotobiografia em livro e exposições que percorrerão capitais do país. Concebida durante a pandemia para homenagear os 120 anos de Juscelino Kubitschek (1902-1976), ela chega ao público com um ano de atraso, reivindicando a condição de maior produção do gênero na TV brasileira.

Livro e documentário se beneficiam de um imenso acervo de fotografias inéditas ou pouco vistas. A série de TV tem direção do premiado Jarbas Agnelli (de longa carreira em que se destaca o curta *Birds*, um pioneiro daquilo que viria a se chamar “conteúdo viral” na internet). Ele imprimiu ao

programa uma linguagem visual coerente com a ideia do livro *Juscelino Kubitschek, uma fotobiografia*: mais imagens do que palavras.

A série cobre a história do chamado “presidente bossa nova”, do dia em que ele nasce ao momento de sua morte em um acidente de carro cuja explicação oficial nunca satisfaz grande parte da opinião pública e que, mais recentemente, passou a ser tratada como um atentado após investigações, como a da Comissão da Verdade da Câmara Municipal paulistana.

Juscelino foi o único governante a ser eleito e dar posse ao sucessor durante os 19 anos que durou a breve democracia brasileira entre as ditaduras de Getúlio Vargas (1930-1945) e a militar (1964-1985).



Desde o título se vê que é uma produção apaixonada pelo personagem. Dessa admiração desbragada surgem certamente defeitos que acometem todas as hagiografias, mas também a maior qualidade do projeto: ele recoloca na cena brasileira os aspectos impressionantes da trajetória de um raro político brasileiro com envergadura de estadista.

Cumpra assim uma função de criar um equilíbrio. Afinal, a lembrança que a opinião pública brasileira guarda de JK é turvada por mais de 60 anos, desde que ele deixou o Palácio do Planalto, na Brasília que concebeu e construiu. Durante grande parte desse tempo, a opinião pública estava polarizada como hoje (aliás, lembrar isso também cumpre uma função didática).

Em seu mandato, foi atacado por uma oposição que dominava a maior parte do

jornalismo, que na época era bastante partidário, emitindo uma barreira de notícias negativas, falsas, exageradas ou verdadeiras, sempre difícil de identificar no calor da hora.

[De todas as acusações, a que mais marcou sua imagem foi a de que ele tinha se locupletado com a construção de Brasília: a história mostrou que JK morreu com um patrimônio bastante coerente com a soma dos salários de um funcionário público eleito e mais uns tantos direitos autorais dos livros de sucesso que lançou. Não ficou rico, mas quando isso ficou claro havia censura; e depois os jornais estavam preocupados com o seu tempo, não em corrigir o passado.]

Em seguida, veio uma ditadura de mais de 20 anos que fez de tudo para apagá-lo (a série da Cultura dá espaço para a versão de que agentes da ditadura militar levaram esse termo ao pé da letra, executando o políti-

co ainda popular, para evitar que voltasse ao poder depois da redemocratização).

E, por fim, a redemocratização não teve nenhum protagonista que tivesse interesse em propagandear sua memória. Por isso, a série tem o mérito de reinventar JK, ou reintroduzir sua imagem em um país dividido na admiração quase religiosa de figuras que perto dele seriam anões de jardim.

JK, o reinventor do Brasil

Série documental de quatro capítulos. Diretor: Jarbas Agnelli. Disponível no app Cultura Play.

Juscelino Kubitschek, uma fotobiografia

Livro com lançamento previsto para dezembro de 2023. Ed. TV Cultura.

Quer pagar quanto?

Estudo do Instituto Reuters faz um retrato da disposição do consumidor para pagar por notícias em diversos países do mundo



O INSTITUTO REUTERS, ligado ao curso de jornalismo de Oxford, lançou um estudo mundial que detalha qual é a disposição atual do público consumidor para pagar por notícias em veículos digitais. E procurou identificar os elementos que afastam muitos consumidores. O estudo tem apoio do Google News Initiative (que financia projetos de melhoria do negócio de jornalismo on-line).

O trabalho tem um título esclarecedor dos resultados: “Consumidores preocupados com o preço procuram valor em meio à crise do custo de vida”. A pesquisa incluiu levantamentos quantitativos de opinião pública em 20 países (16 da Europa; Estados Unidos e Canadá, na América do Norte; Japão e Austrália, na região Ásia-Pacífico). De-

pois, com base nos resultados, grupos focados (qualitativos) foram realizados nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Alemanha.

Os resultados mostram que a situação já esteve pior, mas já esteve melhor também: ao longo dos anos anteriores a 2020, a adesão a modelos pagos de jornalismo on-line vinha crescendo nesses países, o que é uma tendência positiva para o negócio jornalístico, mas estagnou desde a pandemia, com perdas e ganhos se equivalendo.

As principais conclusões do estudo foram:

- Na maioria dos 20 países, o pagamento por notícias on-line estagnou após a pandemia, com elevados níveis de cancelamento determinados pela crise do custo de vida.

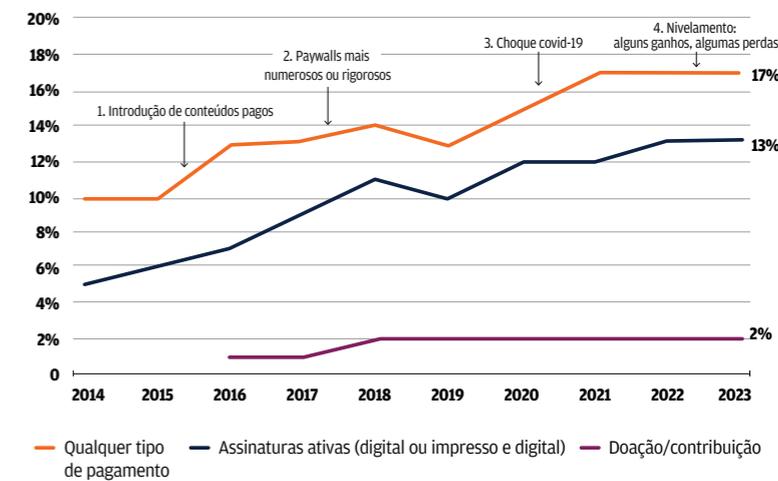
- Ofertas iniciais de baixo preço são eficazes para atrair novos assinantes, mas muitos consumidores têm dificuldade em arcar com o aumento do custo no momento da renovação pelo preço cheio.
- Os assinantes de notícias que permanecem por prazo longo são na maioria do sexo masculino, mais velhos, mais ricos e com maior formação educacional, com um forte interesse em notícias e política. Os assinantes mais jovens tendem a pagar menos e são mais propensos a fazer doações (em vez de assinatura) do que os grupos mais velhos.
- Os assinantes de notícias são atraídos por uma combinação de conteúdo “diferenciado”, “exclusivo”, de alta qualidade, com curadoria; sentem “identifi-



cação com a marca” e manifestam desejo de apoiar jornalismo de qualidade e uma experiência de usuário de maior qualidade.

- Cerca de metade dos não assinantes afirma que nada os faria pagar por notícias on-line, mas outros poderiam ser atraídos por um preço mais baixo, conteúdos mais relevantes ou websites ou canais menos confusos (sem anúncios).
- Para algumas pessoas, o valor das assinaturas de notícias é parcialmente condicionado pela quantidade e qualidade do conteúdo gratuito (tanto de meios comerciais como de serviços públicos) disponível num mercado, bem como pelo preço e pela experiência de serviços de entretenimento, como TV, esporte e música.

PROPORÇÃO QUE PAGOU POR QUALQUER NOTÍCIA ÔN-LINE (2014-2023) - MÉDIA 20 PAÍSES





SHUTTERSTOCK

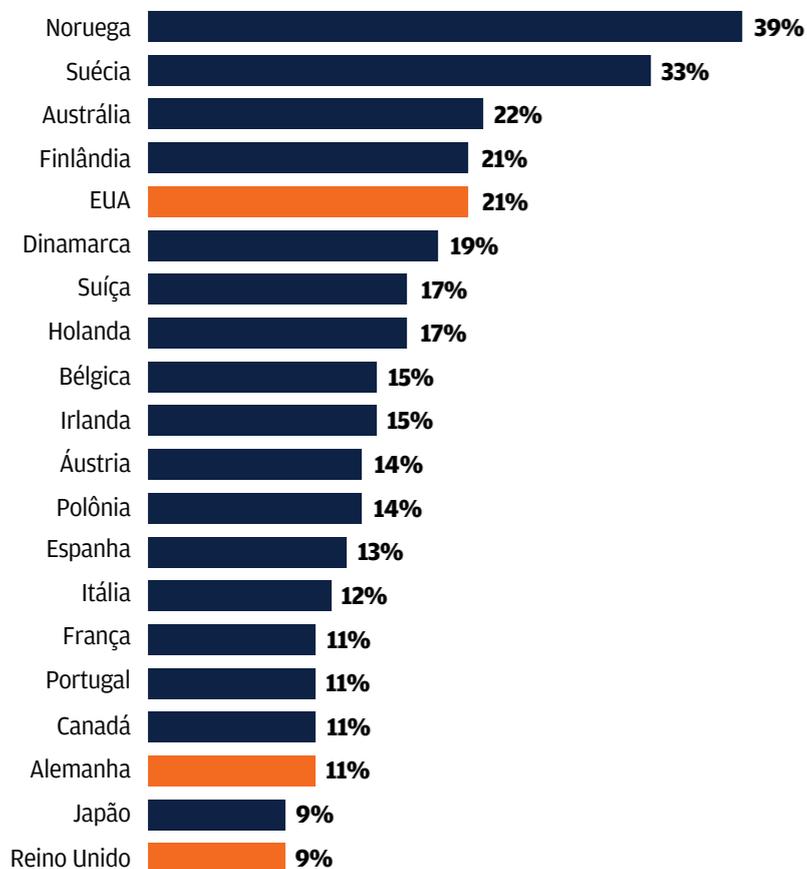
No mundo, o *The New York Times* é o pioneiro e mais bem-sucedido empreendimento a usar o chamado “pay wall poroso”, que concede ao usuário o direito de ver um certo número de artigos por mês, bloqueando-o ao chegar ao limite. O jornal tem cerca de dez milhões de assinantes pagos. Já o modelo de doação foi criado pelo jornal *Guardian*, um dos líderes de audiência on-line, que por muitos anos prometia não fechar o acesso apenas para assinantes. A doação funciona como uma assinatura voluntária. O último dado publicado pelo jornal é de 2018 e ele tinha superado 500 mil doadores.

O gráfico que mostra a adesão a modelos pagos por país é coerente com a tradição de consumo de jornais nas mesmas praças antes da revolução digital: os países nórdicos (como Suécia e Noruega) sempre tiveram os mais altos níveis de leitura. Mas é relevante que a Inglaterra, com forte tradição de jornalismo, ao tempo do papel, tenha um dos índices mais baixos de adesão às plataformas digitais pagas.

A redução da inflação nas principais economias do mundo poderá colocar de novo os jornais on-line na lista de compras dos consumidores. Mas o estudo mostra que, assim como acontece com as edições em papel, o consumo de jornalismo é mais masculino, de classe alta e idade maior. É preciso furar essas bolhas para ser uma atividade viável para um sistema noticioso que possa se chamar de mídia (hoje há apenas alguns veículos com bons números).

O estudo **Paying for News: Price-Conscious Consumers Look for Value amid Cost-of-Living Crisis** está disponível no site do Instituto Reuters: reutersinstitute.politics.ox.ac.uk.

PROPORÇÃO QUE PAGOU POR QUALQUER NOTÍCIA ON-LINE NO ÚLTIMO ANO - 20 PAÍSES



O escritor Ken Follett conclui: a inteligência artificial é burra e não vai tirar seu emprego

ANTES DE IR PARA A ENTREVISTA a correspondentes estrangeiros, em Londres, o escritor Ken Follett resolveu fazer um teste: acessou um site de inteligência artificial e encomendou o “começo de um livro ao estilo de Ken Follett”. Deu umas tantas dicas a mais e clicou para ver o resultado.

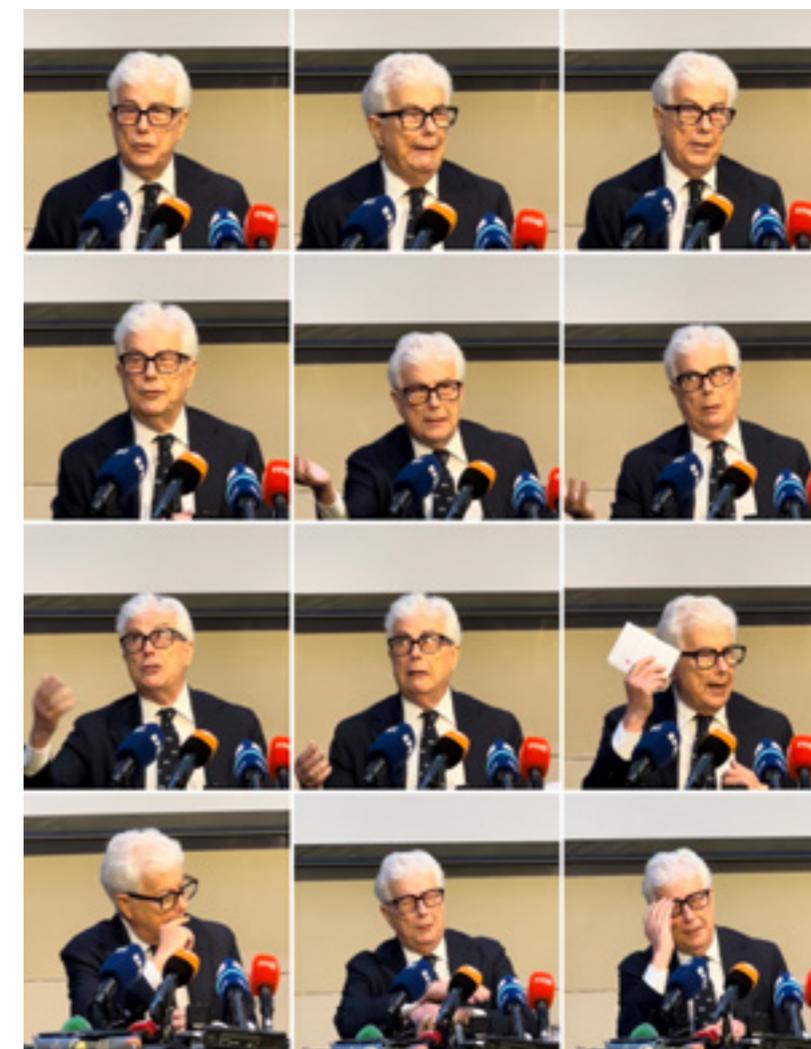
“A inteligência artificial acha que eu sou um escritor de merda... escreveu só clichês, copiou o título de um livro do Winston Churchill sobre a Segunda Guerra Mundial... A inteligência artificial pode escrever um romance, mas será um romance medíocre”.

Pronto, sua resposta dominou a cena: “Para mim ficou claro que minha atividade não está ameaçada pela inteligência artificial”, concluiu ao iniciar a entrevista que marcou o lançamento de seu mais recente romance, *A armadura da luz*, quinto volume de uma série identificada pelo nome da cidade onde se passa: Kingsbridge.

Follett chegou em um Rolls-Royce branco novinho em folha, cuja placa tem seu sobrenome. Atencioso, contou que começou a vida como jornalista. Começou a escrever romances para obter uma renda extra para comprar um primeiro carro. Até que desistiu do jornalismo: “Eu não era bom repórter”.

O Rolls-Royce é um sinal do sucesso que obteve com a nova atividade: no mesmo dia, no fim de setembro, ele comemorava ter vendido 191 milhões de livros.

O novo livro trata do momento da entrada das máquinas a vapor na tecelagem inglesa, ao mesmo tempo que a Revolução Francesa executava os antigos reis, provocando a guerra com as outras monarquias europeias. Como se trata de uma revolução



industrial semelhante à que vivemos hoje, o ex-jornalista anteviu a pergunta do repórter: “Seu livro trata de uma revolução industrial: você acha que a inteligência artificial vai destruir seu emprego?”.

Além de formular a resposta, Follett garantiu o lead. As reportagens sobre o lançamento de seu livro mencionam sua experiência: “Ken Follett diz que a inteligência artificial é burra e não vai tirar seu emprego”.

Uma editora inglesa muda tudo no *Wall Street Journal*

UMA MULHER INGLESA ESTÁ RAPIDAMENTE mudando paradigmas no maior jornal de negócios dos Estados Unidos, o *The Wall Street Journal*. Tudo para aumentar a penetração on-line do jornal. Emma Tucker está no comando do *WSJ* desde fevereiro de 2023, depois de quinze anos nos jornais ingleses do empresário Rupert Murdoch. Antes ela trabalhou no *Financial Times*, o outro grande jornal financeiro do planeta.

Antes de anunciar que se afastaria do comando das empresas, Murdoch aparentemente tinha costurado a nomeação de Emma Tucker como uma forma de revigorar o mais respeitado e lucrativo de todos os seus jornais.

O *WSJ* foi o primeiro grande veículo mundial a cobrar pelo conteúdo on-line, ainda nos anos 1990, quando os teóricos diziam que a internet tinha que ser aberta. Tem hoje cerca de quatro milhões de assinantes, sendo 3,4 milhões só de produtos on-line. Mas ao longo do novo milênio viu seu modelo de cobrança ser adotado com maior sucesso pelo *New York Times* (dez milhões de assinantes).

A prioridade de Emma Tucker é aumentar as assinaturas on-line. E para tanto precisa mudar a imagem do produto, que tem 75% dos assinantes homens em torno de 60 anos. Segundo uma reportagem recente do concorrente *The New York Times*, ela teria anunciado à redação do *WSJ*: “Não queremos ser um jornal comparado à indústria automobilística alemã”. [Se você é daqueles que ainda admira automóveis alemães,



Capa do *WSJ* com foto de gato: urgência para renovar audiência

saiba que eles estão para os carros como para as câmeras fotográficas: há um certo culto em torno deles, mas o negócio como um todo vai mal das pernas...

Desde que chegou a Nova York, Emma Tucker demitiu quinze dos principais editores do *WSJ*, sendo o mais simbólico o editor de Empresas, que era uma espécie de guardião dos padrões da empresa, com poder de veto sobre material a ser publicado por todas as editorias.

Para ter sucesso on-line é preciso crescer entre um público mais jovem. Para tanto, a nova editora pediu uma linguagem menos empolada, por exemplo, sem chamar cada

personagem de senhor ou senhora, como era da tradição do jornal.

A reportagem do concorrente *Times* foi pautada por uma das mudanças que mais chamaram atenção dos leitores recentemente: as fotos de capa. Numa terça-feira de agosto, o *WSJ* publicou a imensa foto do rosto de um gato na capa, sob um título que remetia à atratividade do olhar dos gatos.

Era o Dia Internacional dos Gatos, um assunto irrelevante para o leitor do *WSJ*. Mas a foto do bichano chamava atenção. Uma operação arriscada, mas coerente com a ideia de que o jornal deve perseguir o crescimento de audiência.

LEÃO SERVA é professor de ética jornalística do curso de jornalismo da ESPM, autor de *A Fórmula da Emoção na Fotografia de Guerra* (Sesc, 2020) e diretor internacional de jornalismo da TV Cultura, baseado em Londres



4 de dezembro de 2023: fotojornalista documenta o conflito na Faixa de Gaza



AQUI A
EXIGÊNCIA É
DESENVOLVER
HABILIDADES
ÚNICAS

#INUSITUDE

A ESPM é referência na produção de conhecimento e tecnologia. Aqui, o aprendizado desenvolve sua criatividade, cria networking e conexões reais com o mercado, além de habilidades profissionais para você liderar no presente um futuro repleto de transformações.



ESPM
O INUSITADO EM
CONSTANTE MOVIMENTO